

Guilherme de Souza Nucci

Curso de Direito Penal

vol. 1

Parte Geral

Arts. 1º a 120 do Código Penal

3.^a edição

revista, atualizada
e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2019 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafadores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 19.10.2018

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

N876

Nucci, Guilherme de Souza

Curso de Direito Penal: parte geral: arts. 1º a 120 do Código Penal / Guilherme de Souza Nucci. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-8247-8

1. Direito penal – Brasil. I. Título.

18-51702

CDU: 343(81)

Sumário

CAPÍTULO I - Introdução ao Direito Penal	1
1. Noções introdutórias.....	1
1.1. Conceito de direito penal	1
1.2. Direito penal objetivo e subjetivo	3
1.3. Direito penal comum e especial	4
1.4. Direito penal internacional e direito internacional penal.....	5
1.5. Direito penal (substantivo) e processual (adjetivo).....	6
1.6. Finalidade e função do direito penal	6
1.7. Política criminal	15
1.7.1. As velocidades do direito penal.....	18
1.7.2. A vítima no direito penal	19
1.8. Criminologia.....	20
1.9. Bem jurídico	23
2. Relacionamento do direito penal com outros ramos jurídicos	25
2.1. Direito penal e constitucional.....	25
2.2. Direito penal e civil	26
2.3. Direito penal e administrativo.....	26
2.4. Direito penal e tributário	27
2.5. Direito penal e processual penal	27
2.6. Direito penal e processual civil.....	28
2.7. Direito penal e empresarial.....	28

2.8.	Direito penal e execução penal.....	28
2.9.	Direito penal e penitenciário	29
2.10.	Direito penal e infância e juventude	29
2.11.	Direito penal e ambiental.....	30
2.12.	Direito penal e econômico.....	30
2.13.	Direito penal e consumidor	30
2.14.	Direito penal e trabalhista.....	30
2.15.	Direito penal e previdenciário.....	31
2.16.	Direito penal e militar.....	31
2.17.	Direito penal e eleitoral	31
3.	Relacionamento do direito penal com outras ciências.....	32
3.1.	Direito penal e psicologia.....	32
3.2.	Direito penal e psiquiatria.....	32
3.3.	Direito penal e sociologia.....	33
3.4.	Direito penal e antropologia.....	33
3.5.	Direito penal e medicina legal.....	33
	Resumo do capítulo	34
CAPÍTULO II - Evolução Histórica do Direito Penal		35
1.	Direito penal primitivo	35
2.	Direito penal romano.....	41
3.	Direito penal germânico.....	42
4.	Direito penal canônico	43
5.	Direito penal <i>comum</i> seguido do período humanitário.....	44
	Resumo do capítulo	45
CAPÍTULO III - Escolas Penais		47
1.	Escola clássica	47
2.	Escola positiva.....	53
3.	Escolas mistas.....	56
3.1.	<i>Terza scuola italiana</i>	56
3.2.	Escolas ecléticas e a luta das escolas.....	56
3.3.	Evolução da teoria da pena	57
	Resumo do capítulo	59
CAPÍTULO IV - História do Direito Penal Brasileiro		61
1.	Brasil colônia.....	61
2.	Brasil império.....	64
3.	Brasil república	64

4. Brasil atual	65
Resumo do capítulo	65
CAPÍTULO V – Princípios de Direito Penal	67
1. Conceito de princípio e sua importância	67
2. Graduação dos princípios.....	70
3. Princípios regentes	70
3.1. Dignidade da pessoa humana.....	71
3.2. Devido processo legal	72
4. Princípios de direito penal	74
4.1. Constitucionais explícitos	74
4.1.1. Concernentes à atuação do Estado	74
4.1.1.1. Legalidade (ou reserva legal).....	74
4.1.1.2. Anterioridade	76
4.1.1.3. Retroatividade da lei penal benéfica.....	76
4.1.1.4. Humanidade	76
4.1.2. Concernentes ao indivíduo	80
4.1.2.1. Personalidade ou responsabilidade pessoal... 80	
4.1.2.1.1. A questão da cobrança da multa penal	82
4.1.2.1.2. A medida extrapenal do princípio	84
4.1.2.2. Individualização da pena	85
4.2. Constitucionais implícitos.....	87
4.2.1. Concernentes à atuação do Estado	87
4.2.1.1. Intervenção mínima e princípios consequenciais da subsidiariedade, fragmentariedade e ofensividade.....	87
4.2.1.1.1. Ofensividade (ou lesividade).....	89
4.2.1.1.2. Insignificância e adequação social.....	90
4.2.1.2. Taxatividade.....	90
4.2.1.2.1. Conceito e importância.....	90
4.2.1.2.2. Mecanismos legítimos para a construção dos tipos penais: elementos normativos, subjetivos específicos e norma em branco..	92
4.2.1.2.3. Análise dos tipos abertos	93
4.2.1.2.4. Normas penais explicativas	109
4.2.1.2.5. Tipos remissivos.....	111

4.2.1.2.6.	A influência da política criminal na construção dos tipos penais ..	111
4.2.1.3.	Proporcionalidade.....	113
4.2.1.3.1.	Conceito e dimensão	113
4.2.1.3.2.	Alterações legislativas e desproporcionalidade.....	114
4.2.1.3.3.	O princípio da proibição da proteção deficiente.....	117
4.2.1.4.	Vedação da dupla punição pelo mesmo fato...	117
4.2.1.4.1.	Conceito e aplicação prática	117
4.2.1.4.2.	Correlação com a individualização da pena	118
4.2.1.4.3.	A constitucionalidade da aplicação da reincidência	119
4.2.1.4.4.	Absorção do perigo pelo dano ...	120
4.2.2.	Concernente ao indivíduo.....	120
4.2.2.1.	Culpabilidade.....	120
4.2.2.1.1.	Conceito e relevância	120
4.2.2.1.2.	Dolo e culpa: uma nova abordagem.....	123
4.2.2.1.3.	Responsabilidade penal objetiva, sua extensão na teoria do tipo e o enfoque da embriaguez voluntária ou culposa	126
4.2.2.1.4.	Culpabilidade no campo da aplicação da pena	131
4.2.2.1.5.	Culpabilidade no processo penal..	131
	Resumo do capítulo	132
	CAPÍTULO VI – Fontes do Direito Penal e Interpretação das Leis Penais.....	137
1.	Fontes do direito penal e do processo penal.....	137
1.1.	Fontes materiais.....	137
1.2.	Fontes formais.....	141
1.2.1.	Alguns instrumentos de criação do tipo penal: enfoques do tipo aberto, do tipo remissivo e da norma penal em branco	143
1.2.2.	Alguns instrumentos de integração e interpretação da norma penal: enfoques da analogia, da interpretação analógica e da interpretação extensiva	146
1.2.3.	Alguns instrumentos de integração e interpretação da norma processual penal: enfoques da analogia, da interpretação analógica e da interpretação extensiva....	146

1.2.4.	Medida de segurança: aspectos cautelares e executórios.....	147
1.2.5.	Plebiscito e referendo.....	148
1.2.6.	Interpretação e integração do direito penal.....	149
1.2.6.1.	Conceito de interpretação.....	149
1.2.6.2.	Espécies de interpretação.....	149
1.2.6.3.	Outras formas de interpretação e fontes indeterminadas.....	160
1.2.6.4.	Analogia.....	167
	Resumo do capítulo.....	170
CAPÍTULO VII – Legalidade e Anterioridade da Lei Penal.....		173
1.	Legalidade.....	173
1.1.	Mera legalidade e estrita legalidade.....	173
1.2.	Legalidade como garantia humana fundamental.....	174
1.3.	Legalidade material e formal.....	176
1.4.	Leis escritas.....	177
2.	Anterioridade.....	178
3.	Extensão da palavra <i>crime</i>	179
4.	Aplicação da legalidade para qualquer sanção penal.....	179
5.	Eficácia dos princípios da legalidade e da anterioridade.....	181
6.	Normas penais em branco.....	181
6.1.	Conceito.....	181
6.2.	Intermitência da norma penal em branco.....	182
6.3.	Confronto entre normas penais em branco, tipos penais remetidos e normas imperfeitas ou incompletas.....	184
	Resumo do capítulo.....	185
CAPÍTULO VIII – Aplicação da Lei Penal no Tempo.....		187
1.	Conceito e alcance da lei penal no tempo.....	187
2.	<i>Abolitio criminis</i> (abolição do delito).....	188
2.1.	Confronto com a edição de lei penal benéfica (<i>novatio legis in mellius</i>).....	188
2.1.1.	Lei penal inconstitucional benéfica.....	188
2.2.	Confronto com a edição de lei penal prejudicial (<i>novatio legis in pejus</i>).....	189
3.	Lei penal benéfica em <i>vacatio legis</i>	190
4.	Combinação de leis penais e lei penal intermediária.....	193
4.1.	Lei publicada com erros.....	196
4.2.	Lei penal corretiva ou interpretativa.....	196

4.3. A combinação de leis penais no contexto da delação premiada.....	197
5. Competência para aplicação da lei penal benéfica.....	197
5.1. Competência para aplicação de interpretação mais benéfica de lei penal.....	198
6. Crime permanente e lei penal prejudicial ao réu.....	199
7. Crime continuado e lei penal prejudicial ao réu.....	200
8. Retroatividade da lei processual penal benéfica.....	201
9. Leis intermitentes.....	202
9.1. Conceito.....	202
9.2. Extensão e eficácia.....	203
Resumo do capítulo.....	204
Esquemas.....	206
CAPÍTULO IX – Tempo e Lugar do Crime.....	209
1. Tempo do crime.....	209
2. Alcance da teoria da atividade.....	210
3. O tempo do crime nas infrações penais permanentes e continuadas ...	210
4. Teorias sobre o lugar do crime.....	211
5. Conflito aparente entre o art. 6.º do Código Penal e o art. 70 do Código de Processo Penal.....	212
6. Lugar do crime nas infrações penais permanentes e continuadas.....	213
Resumo do capítulo.....	214
CAPÍTULO X – Aplicação da Lei Penal no Espaço.....	215
1. Territorialidade e extraterritorialidade.....	215
2. Regras para a aplicação da lei penal no espaço.....	215
3. Conceito de território e seus elementos.....	216
3.1. Rios, lagos e mares fronteiriços e sucessivos.....	216
3.2. Espaço aéreo.....	216
3.2.1. Correção da parte final do § 1.º do art. 5.º do Código Penal.....	217
3.3. Mar territorial brasileiro.....	218
4. Território brasileiro por equiparação.....	219
4.1. Competência para o julgamento de crimes cometidos a bordo de embarcações e aeronaves.....	219
4.2. A lei penal e a Convenção de Tóquio.....	220
4.3. Crime cometido em lugar não pertencente a qualquer país.....	221
5. Critérios para a extraterritorialidade.....	221
5.1. Hipóteses de extraterritorialidade condicionada.....	221
5.2. Princípios regentes da extraterritorialidade.....	221

5.3.	Crítica à extraterritorialidade incondicionada.....	223
6.	Extradição.....	225
6.1.	Conceito, espécies e fonte legislativa	225
6.2.	Requisitos para a concessão	225
6.3.	Diferenças em face de repatriação, deportação e expulsão.....	230
6.3.1.	Diferenças em face de transferência de execução da pena e transferência de pessoa condenada	231
6.4.	Importância da extradição	232
6.5.	Tribunal Penal Internacional	233
6.5.1.	Introdução.....	233
6.5.2.	Competência do Tribunal Penal Internacional	234
6.5.3.	Dos crimes previstos no Estatuto de Roma	235
6.5.4.	Dos direitos e garantias humanas fundamentais.....	240
6.5.5.	Conclusão	242
7.	Pena cumprida no estrangeiro, tentativa de amenizar a não aplicação do princípio <i>ne bis in idem</i> e não recepção parcial do art. 8.º do Código Penal	242
8.	Outras exceções à regra da territorialidade	243
8.1.	Tratados e convenções	244
8.2.	Regras de direito internacional.....	245
8.3.	Imunidades diplomáticas	245
8.3.1.	Abrangência, extensão e exclusão da imunidade	245
8.3.2.	Características das imunidades diplomáticas.....	246
8.4.	Imunidades consulares	247
8.5.	Possibilidade de renúncia.....	248
8.6.	Imunidades parlamentares.....	249
8.6.1.	Imunidade substantiva.....	249
8.6.2.	Natureza jurídica da imunidade substantiva	250
8.6.3.	Características da imunidade substantiva.....	250
8.6.4.	Imunidade processual.....	253
8.7.	Outras imunidades e foros privilegiados	254
8.7.1.	Deputados estaduais	254
8.7.2.	Vereadores	254
8.7.3.	Advogados.....	256
8.7.4.	Prefeitos	257
	Resumo do capítulo	257
	Esquema.....	260
	CAPÍTULO XI – Eficácia de Sentença Estrangeira	261
1.	Homologação de sentença estrangeira e soberania nacional.....	261

2.	Hipóteses para a homologação	262
2.1.	Reparação civil do dano causado à vítima	262
2.2.	Aplicação de medida de segurança	262
2.3.	Hipótese prevista na Lei de Lavagem de Dinheiro	263
3.	Efeitos da sentença condenatória estrangeira que independem de homologação	263
	Resumo do capítulo	264
CAPÍTULO XII – Contagem de Prazo e Frações da Pena		265
1.	Prazos penais e processuais penais.....	265
2.	O calendário comum como parâmetro para a contagem do prazo	265
3.	Frações não computáveis da pena	266
	Resumo do capítulo	266
	Esquema	268
CAPÍTULO XIII – Conflito Aparente de Normas		269
1.	Conceito.....	269
1.1.	Diferença entre concurso formal e concurso aparente de normas	270
2.	Critério da sucessividade.....	270
3.	Critério da especialidade	271
4.	Critério da subsidiariedade (tipo de reserva)	273
5.	Critério da absorção (ou consunção).....	273
6.	Critério da alternatividade	274
	Resumo do capítulo	276
	Esquemas	277
CAPÍTULO XIV – Teoria do Crime		281
1.	Conceito de crime	281
1.1.	Conceito material.....	281
1.2.	Conceito formal.....	283
1.3.	Conceito analítico	284
1.3.1.	Teoria nacional bipartida do fato típico e antijurídico, tendo a culpabilidade como pressuposto de aplicação da pena.....	289
2.	Princípios elementares do crime	294
2.1.	Causalismo	295
2.2.	Neokantismo (teoria neoclássica)	296
2.3.	Finalismo	297
2.4.	Teoria social da ação	299

2.5. Funcionalismo	300
2.5.1. Teleológico.....	301
2.5.2. Sistemico.....	304
2.6. Teoria da ação significativa.....	306
2.7. Síntese	310
3. Diferença entre crime e contravenção penal	312
Resumo do capítulo	313
Esquemas	315
CAPÍTULO XV – Sujeitos e Objetos do Crime	319
1. Sujeito ativo	319
1.1. A pessoa jurídica como sujeito ativo de crime	320
1.1.1. A responsabilidade penal da pessoa jurídica além da fronteira do crime ambiental	323
2. Sujeito passivo.....	324
3. Objetos do crime	325
3.1. Objeto material.....	325
3.2. Objeto jurídico.....	326
Resumo do capítulo.....	326
CAPÍTULO XVI – Classificação dos Crimes	327
1. Base científica da classificação.....	327
2. A classificação artificial	328
3. As classificações mais relevantes	329
3.1. Crimes comuns e próprios	329
3.1.1. Crimes de mão própria.....	329
3.2. Crimes instantâneos e permanentes	331
3.2.1. Os crimes instantâneos de efeitos permanentes (delitos de estado).....	331
3.3. Crimes comissivos e omissivos (próprios e impróprios)	333
3.4. Crimes de atividade e de resultado (materiais, formais, mera conduta e exauridos).....	334
3.5. Crimes de dano e de perigo	335
3.6. Crimes unissubjetivos e plurissubjetivos	339
3.7. Crimes simples e complexos.....	339
3.8. Crimes progressivos e progressão criminosa	340
3.9. Crime habitual	341
3.10. Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes.....	342
3.11. Crimes de forma livre e de forma vinculada	343
3.12. Crimes vagos (multivitimários ou de vítimas difusas).....	343

3.13. Crimes remetidos.....	343
3.14. Crimes condicionados.....	344
3.15. Crimes de atentado (ou de empreendimento)	344
3.16. Crimes militares próprios e impróprios.....	344
3.17. Crimes comuns e políticos.....	344
Resumo do capítulo	345
CAPÍTULO XVII – Tipo e Tipicidade.....	347
1. Primeiras considerações.....	347
2. Conceito de tipo penal e sua estrutura	349
2.1. Elementos do tipo penal incriminador	350
2.2. Classificação do tipo	351
2.2.1. Tipo fechado e aberto	351
2.2.2. Tipo objetivo e subjetivo	352
2.2.3. Tipo básico e derivado.....	352
2.2.4. Tipo simples e misto	353
2.2.5. Tipo de injusto (ou tipo-total de injusto).....	354
2.2.6. Tipo indiciário	355
2.2.7. Tipo permissivo	355
2.2.8. Tipo formal e material	356
2.2.9. Tipo conglobante.....	360
2.2.10. Tipo congruente e incongruente	361
2.2.11. Tipo normal e anormal.....	361
2.2.12. Tipo de tendência interna subjetiva transcendente	361
2.2.13. Tipo remetido	361
2.2.14. Tipo de ação	362
2.3. Tipicidade.....	362
2.3.1. Tipicidade, antinormatividade e antijuridicidade.....	363
3. Excludentes de tipicidade.....	363
3.1. Princípio da adequação social	364
3.1.1. Lesões na prática de esportes.....	364
3.2. Princípio da insignificância	365
3.2.1. Antecedentes do agente	365
3.2.2. Violência doméstica	366
Resumo do capítulo	366
CAPÍTULO XVIII – Conduta e Resultado	369
1. Conceito de conduta	369
2. Elementos da conduta.....	371

2.1. Enfoque particular da hipnose	374
2.2. Enfoque particular da omissão.....	376
2.3. Ações em curto-circuito e gestos habituais ou mecânicos.....	376
3. Conceito de resultado	377
Resumo do capítulo	378
CAPÍTULO XIX – Elementos Subjetivos do Crime: Dolo e Culpa	379
1. Conceito de dolo.....	379
2. Distinção entre dolo genérico e dolo específico.....	381
3. Características do dolo	381
4. Conceito de dolo direto	383
4.1. Dolo direto de primeiro grau e dolo direto de segundo grau.....	383
5. Conceito de dolo indireto ou eventual	383
5.1. Dolo eventual nos graves delitos de trânsito	384
6. Exigibilidade do dolo direto e do dolo eventual.....	385
6.1. Sobre a aplicação da pena.....	387
7. Outras classificações do dolo	387
7.1. Dolo alternativo.....	387
7.2. Dolo cumulativo	388
7.3. Dolo antecedente.....	389
7.4. Dolo subsequente	389
7.5. Dolo geral	389
8. Conceito de culpa.....	391
8.1. Culpa e tipicidade.....	391
9. Distinção entre culpa inconsciente e consciente	392
10. Elementos da culpa	393
10.1. Princípio da confiança.....	396
11. Situações peculiares no campo da culpa	396
11.1. Culpa presumida	396
11.2. Graus de culpa	397
11.3. Compensação de culpas	397
11.4. Concorrência de culpas	398
11.5. Culpa imprópria	399
12. Espécies de culpa	399
12.1. Imprudência.....	399
12.1.1. Sucessão de imprudências.....	400
12.2. Negligência.....	400
12.3. Imperícia.....	400
12.3.1. Distinção entre imperícia e erro profissional	401

13. Diferença entre culpa consciente e dolo eventual.....	401
Resumo do capítulo	403
Esquemas	407
CAPÍTULO XX – Nexo Causal	411
1. Conceito de nexo causal	411
1.1. Causa.....	411
1.2. Resultado.....	412
2. Teorias do nexo causal	413
2.1. Equivalência dos antecedentes	413
2.2. Causalidade adequada	414
2.3. Imputação objetiva.....	414
2.3.1. Avaliação da imputação objetiva por meio de exem- plos	416
2.3.2. Crítica à teoria da imputação objetiva.....	421
2.3.2.1. Crítica à teoria da equivalência dos antece- dentes por meio de um exemplo	423
2.3.2.2. Críticas às teorias da equivalência dos ante- cedentes e da causalidade adequada.....	424
3. Causas independentes e relativamente independentes.....	425
3.1. Concausas e seus efeitos	427
4. Relação de causalidade nos crimes omissivos próprios e omissivos impróprios.....	428
4.1. Natureza jurídica da omissão própria.....	429
4.2. Natureza jurídica da omissão imprópria e significado da expres- são <i>penalmente relevante</i>	429
4.2.1. A expressão podia agir.....	430
4.3. Dever de agir advindo de lei	430
4.4. Dever de agir de quem assumiu a responsabilidade de evitar o resultado	431
4.5. Dever de agir por ter gerado o risco	431
4.6. Questões controversas no cenário do nexo causal.....	432
4.6.1. Omissão de socorro quanto ao agressor.....	432
4.6.2. Relação de garantia entre pais e filhos maiores.....	432
4.6.3. Relação de garantia em relacionamentos diversos.....	433
4.6.4. Concorrência de ações em homicídio	433
4.6.5. O surgimento de novas causas geradoras do dever de garante.....	434
Resumo do capítulo	435
Esquemas	438

CAPÍTULO XXI – Crimes Qualificados pelo Resultado.....	443
1. Conceito.....	443
2. Distinção entre crime qualificado pelo resultado e delito preterdoloso ...	444
3. Exigência do elemento subjetivo no resultado qualificador	445
4. Classificação dos crimes qualificados pelo resultado	446
Resumo do capítulo	448
CAPÍTULO XXII – Ilicitude	449
1. Conceito de ilicitude (antijuridicidade)	449
1.1. Terminologia.....	449
1.2. Ilicitude formal e material.....	451
2. Excludentes de ilicitude	452
3. Elemento subjetivo nas excludentes.....	453
4. Estado de necessidade.....	458
4.1. Conceito e fundamento	458
4.2. Espécies de estado de necessidade	458
4.2.1. Estado de necessidade justificante e exculpante.....	458
4.2.2. Estado de necessidade agressivo e defensivo	460
4.3. Requisitos do estado de necessidade	461
4.3.1. Existência de perigo atual.....	461
4.3.2. Involuntariedade na geração do perigo	462
4.3.3. Inevitabilidade do perigo e inevitabilidade da lesão.....	464
4.3.4. Proteção a direito próprio ou de terceiro	464
4.3.5. Proporcionalidade do sacrifício do bem ameaçado.....	464
4.3.5.1. A recusa de transfusão de sangue por testemu- nhas de Jeová	464
4.3.5.2. A recusa da transfusão de sangue em crianças e adolescentes provocada pelos pais ou repre- sentante legal	466
4.3.6. Dever legal de enfrentar o perigo.....	467
4.4. Causa de diminuição de pena.....	467
4.5. Indispensabilidade da prova	467
5. Legítima defesa	468
5.1. Conceito e fundamento	468
5.2. Elementos da legítima defesa.....	469
5.2.1. Conceito de agressão.....	470
5.2.1.1. Cautela na verificação das posições de agres- sor e vítima.....	470
5.2.2. Injustiça da agressão	471
5.2.3. Atualidade ou iminência da agressão	472

5.2.3.1.	Legítima defesa presumida	472
5.2.4.	Agressão contra direito próprio ou de terceiros.....	473
5.2.4.1.	Legítima defesa de terceiro e consentimento do agredido	474
5.2.5.	Utilização dos meios necessários para a reação	475
5.2.6.	Moderação da reação	477
5.2.7.	Proporcionalidade na legítima defesa.....	477
5.2.7.1.	Ofendículos.....	478
5.2.7.1.1.	Conceito e natureza jurídica.....	478
5.2.7.1.2.	Critérios para a sua utilização	479
5.2.7.1.3.	Uso de animais	481
5.2.7.1.4.	Exemplos de ofendículos	482
5.3.	Outras questões polêmicas envolvendo a legítima defesa	483
5.3.1.	Legítima defesa da honra	483
5.3.1.1.	Legítima defesa da honra no contexto do adultério	484
5.3.2.	Legítima defesa da honra <i>versus</i> legítima defesa efetiva: a tragédia da Piedade (o assassinato de Euclides da Cunha)	487
5.3.3.	Legítima defesa contra legítima defesa (legítima defesa recíproca) ou contra qualquer outra excludente de ilicitude	491
5.3.4.	Legítima defesa contra pessoa jurídica.....	492
5.3.5.	Legítima defesa contra agressão de inimputáveis	492
5.3.6.	Legítima defesa sucessiva	493
5.3.7.	Legítima defesa contra multidão.....	494
5.3.8.	Legítima defesa contra provocação.....	494
5.3.9.	Legítima defesa nas relações familiares	494
5.3.10.	Legítima defesa por omissão.....	495
5.3.11.	Legítima defesa praticada por inimputáveis	496
5.3.12.	Legítima defesa da comunidade	497
5.3.13.	Legítima defesa <i>contra</i> animais.....	497
5.3.13.1.	Legítima defesa <i>em prol</i> de animais.....	497
5.3.14.	Legítima defesa contra atos preparatórios	498
5.3.15.	Legítima defesa contra crime impossível	498
5.3.16.	Legítima defesa putativa e pretexto de legítima defesa....	499
5.3.17.	Legítima defesa contra autoridades e agentes policiais ...	499
6.	Estrito cumprimento do dever legal	499
6.1.	Conceito e fundamento	499
6.2.	Situações específicas de cumprimento do dever legal.....	500

7.	Exercício regular de direito	501
7.1.	Conceito e fundamento	501
7.1.1.	Diferenças entre o estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito	501
7.2.	Situações específicas de exercício regular de direito	502
7.2.1.	Utilização de cadáver por faculdade de medicina.....	503
7.3.	Hipóteses polêmicas no contexto do exercício regular de direito	503
7.3.1.	O estupro da esposa praticado pelo marido	503
7.3.2.	O trote acadêmico ou militar.....	504
7.3.3.	Os castigos dos pais e dos professores	504
7.3.3.1.	Correção disciplinar de filho alheio	504
7.3.4.	As lesões praticadas no esporte	505
8.	Consentimento do ofendido	505
8.1.	Conceito e fundamento	505
8.1.1.	Consentimento do ofendido e tipicidade.....	508
8.2.	Requisitos da excludente do consentimento do ofendido	511
9.	Excessos no contexto das excludentes	512
9.1.	Excesso doloso	513
9.2.	Excesso culposo	513
9.3.	Excesso exculpante.....	513
9.4.	Excesso acidental.....	514
9.5.	Excessos intensivo e extensivo.....	515
	Resumo do capítulo	515
	Esquema	517
CAPÍTULO XXIII – Culpabilidade		519
1.	Conceito e fundamento	519
1.1.	Culpabilidade formal e material.....	520
1.2.	Coculpabilidade.....	520
1.3.	Tipo positivo e negativo de culpabilidade	521
1.4.	Culpabilidade do fato e do autor	522
2.	Teorias da culpabilidade	524
2.1.	Psicológica (causalista)	524
2.2.	Psicológico-normativa (neokantista ou clássica).....	525
2.3.	Normativa pura (finalista)	525
2.4.	Funcionalista.....	526
2.5.	Significativismo.....	527
2.6.	Síntese	529
3.	Excludentes de culpabilidade.....	532

3.1.	Excludentes concernentes ao agente do fato.....	532
3.1.1.	Imputabilidade penal.....	532
3.1.2.	Doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado.....	532
3.1.2.1.	Conceito de doença mental.....	533
3.1.2.2.	Conceito de desenvolvimento mental incompleto ou retardado.....	535
3.1.2.3.	A questão do indígena.....	535
3.1.2.4.	Doenças da vontade e personalidades antisociais.....	535
3.1.2.5.	Importância da perícia médica.....	537
3.1.2.6.	Natureza jurídica da decisão absolutória imprópria.....	537
3.1.2.7.	Conceito de perturbação da saúde mental....	537
3.1.2.8.	Critério para a diminuição da pena e isenção de pena.....	538
3.1.3.	A verificação de inimputabilidade penal e o princípio processual da prevalência do interesse do réu (<i>in dubio pro reo</i>).....	538
3.1.4.	Embriaguez decorrente de vício.....	539
3.1.5.	Menoridade.....	540
3.1.5.1.	Início da maioridade penal aos 18 anos.....	541
3.1.5.2.	Inimputabilidade e crime permanente.....	542
3.2.	Excludentes concernentes ao fato.....	542
3.2.1.	Coação moral irresistível.....	542
3.2.1.1.	Elementos da coação moral irresistível.....	543
3.2.1.2.	Existência de apenas duas pessoas no âmbito da coação moral irresistível.....	544
3.2.2.	Elementos da obediência hierárquica.....	545
3.2.2.1.	Análise da legalidade da ordem.....	546
3.2.2.2.	Punição do coator ou do autor da ordem.....	547
3.2.3.	Embriaguez decorrente de caso fortuito ou força maior.....	547
3.2.3.1.	Embriaguez voluntária ou culposa.....	547
3.2.3.2.	Embriaguez voluntária e legítima defesa putativa.....	549
3.2.3.3.	A teoria da <i>actio libera in causa</i>	549
3.2.3.4.	<i>Actio libera in causa</i> e consentimento do ofendido.....	552
3.2.3.5.	Caso fortuito ou força maior.....	553

3.2.3.6. Embriaguez incompleta fortuita	553
3.2.4. Inexigibilidade de conduta diversa	553
4. Emoção e paixão.....	555
4.1. Emoção	555
4.1.1. Espécies de emoções	556
4.2. Paixão.....	557
Resumo do capítulo	557
CAPÍTULO XXIV – Erro de Tipo e Erro de Proibição.....	561
1. Erro e ignorância	561
2. Erro de tipo	561
2.1. Elemento constitutivo do tipo	563
2.2. Permissão para punição por crime culposo.....	564
2.3. Erro escusável e inescusável.....	564
2.4. Erro essencial e acidental	565
2.5. Erro quanto à pessoa.....	565
2.6. Erro determinado por terceiro	565
3. Erro de proibição	566
3.1. Diferença entre desconhecimento da lei e erro quanto à ilicitude	566
3.2. Erro de proibição escusável e inescusável	567
3.2.1. Critérios para identificar o erro inescusável ou evitável	568
3.3. Diferença entre crime putativo e erro de proibição.....	568
3.4. Conceito de discriminantes putativas.....	569
3.4.1. Divisão das discriminantes putativas.....	569
3.4.2. Natureza jurídica das discriminantes putativas.....	569
Resumo do capítulo	571
Esquemas	573
CAPÍTULO XXV – Crime Consumado e Tentativa	577
1. Crime consumado.....	577
2. Tentativa.....	577
2.1. Conceito de crime tentado.....	577
2.1.1. Significado da expressão “salvo disposição em contrário”	578
2.1.2. Tentativa qualificada	578
2.2. Natureza jurídica da tentativa.....	578
2.3. Teorias fundamentadoras da punição da tentativa.....	579
2.4. Dolo e culpa na tentativa.....	580
2.5. Conceito e divisão do <i>iter criminis</i>	581

2.6.	Os critérios para a verificação da passagem da preparação para a execução do crime.....	582
2.7.	Tentativa e dolo eventual.....	585
2.8.	Tentativa e crime de ímpeto.....	589
2.9.	Infrações que não admitem a tentativa	590
2.10.	Critério para a diminuição da pena na tentativa.....	593
2.11.	Distinção entre tentativa perfeita e imperfeita	593
2.12.	Diferença entre crime falho e tentativa falha.....	594
3.	Desistência voluntária.....	594
3.1.	Conceito e natureza jurídica	594
3.2.	Desistência momentânea	596
3.3.	A questão da execução retomada.....	597
4.	Arrependimento eficaz.....	598
4.1.	Conceito e natureza jurídica	598
4.2.	Distinção entre voluntariedade e espontaneidade.....	598
4.3.	Diferença entre desistência ou arrependimento e tentativa	599
5.	Arrependimento posterior	599
5.1.	Conceito e natureza jurídica	599
5.2.	Requisitos para a aplicação	599
5.2.1.	Violência culposa, presumida e imprópria	600
5.2.2.	A indevida reparação.....	601
5.2.3.	Necessidade de efeito patrimonial	601
5.2.3.1.	A reparação do dano moral.....	602
5.2.4.	Negativa da vítima em receber a indenização ou a coisa.....	603
5.2.5.	Voluntariedade e espontaneidade	603
5.2.6.	Crítérios para a diminuição	604
5.2.7.	Análises das Súmulas 554 e 246 do STF.....	604
5.2.8.	Incomunicabilidade da causa de diminuição da pena no concurso de pessoas	605
6.	Crime impossível.....	606
6.1.	Conceito e natureza jurídica	606
6.2.	Fundamento da não punição do crime impossível.....	606
6.3.	Diferença entre tentativa inidônea e erro de tipo	607
6.4.	Diferença entre crime impossível e crime putativo	607
6.5.	Requisitos essenciais para o reconhecimento do crime impossível	607
6.5.1.	Ineficácia absoluta do meio.....	607
6.5.2.	Absoluta impropietade do objeto	607

6.5.3. Momento de avaliação da idoneidade do meio ou do objeto.....	608
6.6. Flagrante provocado ou preparado.....	608
6.7. Flagrante esperado.....	609
6.8. Questões polêmicas.....	609
6.8.1. Furto sob vigilância.....	609
6.8.2. Tiros em carro blindado.....	610
Resumo do capítulo.....	611
Esquemas.....	613
CAPÍTULO XXVI – Concurso de Pessoas.....	617
1. Conceito e natureza jurídica.....	617
2. Teorias acerca da autoria no concurso de pessoas.....	618
2.1. Teoria do domínio do fato.....	619
3. A punição do partícipe.....	621
4. Concurso de agentes e crime plurissubjetivo.....	622
5. Requisitos para configurar o concurso de agentes.....	622
6. Inovações introduzidas pela Reforma Penal de 1984.....	623
6.1. Inserção da expressão <i>na medida da sua culpabilidade</i> no <i>caput</i> do art. 29.....	623
6.2. Participação de menor importância.....	624
6.3. Participação em crime menos grave (cooperação dolosamente distinta).....	625
6.3.1. A previsibilidade do resultado mais grave.....	625
7. Concurso entre maior e menor de 18 anos.....	626
8. Coautoria e participação em crime culposos.....	626
9. Autoria colateral.....	628
9.1. Autoria incerta.....	628
10. Coautoria e participação nos crimes omissivos.....	628
10.1. Participação por omissão em crime comissivo.....	630
10.2. Conivência.....	630
11. Participação posterior à consumação.....	630
11.1. Coautoria sucessiva.....	633
12. Participação e cumplicidade.....	633
12.1. Participação em cadeia.....	634
13. Executor de reserva.....	634
14. Participação em <i>ação</i> dolosa ou culposa alheia.....	635
15. Circunstâncias incommunicáveis.....	635
15.1. Circunstâncias e condições de caráter objetivo.....	636
15.2. Elementares do crime.....	636

16. A polêmica relativa ao concurso de pessoas no infanticídio	636
17. Casos de impunibilidade	639
Resumo do capítulo	640
CAPÍTULO XXVII – Teoria Geral da Pena	643
1. Conceito de pena	643
2. Fundamentos da pena.....	645
2.1. Sistemas celulares de cumprimento da pena	645
3. Teorias acerca do crime e da punição	646
3.1. Abolicionismo penal	646
3.2. Direito penal mínimo	650
3.3. Direito penal máximo (tolerância zero) e teoria das janelas quebradas	651
3.4. Garantismo penal	655
4. Direito penal do inimigo	656
4.1. Prós e contras do direito penal do inimigo.....	659
5. Justiça retributiva <i>versus</i> justiça restaurativa	660
6. Cominação das penas	662
7. Princípios aplicáveis à pena.....	663
8. Espécies de penas.....	663
Resumo do capítulo	664
CAPÍTULO XXVIII – Penas Privativas de Liberdade	667
1. Modelos prisionais	667
1.1. Diferenças entre as penas de reclusão, detenção e prisão simples.....	667
2. Regime inicial, fundamentação e progressão no cumprimento da pena	668
2.1. Utilização do art. 59 do Código Penal para a fixação do regime de cumprimento da pena	670
2.2. Imprescindibilidade do regime inicial fechado	670
2.3. Requisitos para a progressão de regime	671
2.3.1. Merecimento e exame criminológico	672
2.4. Execução das penas resultantes de crimes hediondos e comuns ...	677
2.5. Critérios para a regressão a regime mais rigoroso.....	678
2.5.1. Falta grave e prescrição.....	679
2.5.2. Adaptação do regime e regressão	679
2.5.3. Sustação cautelar do regime semiaberto ou aberto.....	680
2.5.4. A questão da falta grave.....	680
2.5.4.1. Relação entre falta grave e crime.....	681

2.5.4.2.	Falta grave e previsão legal.....	682
2.6.	A (in)viabilidade da progressão <i>por salto</i>	683
2.7.	Cumprimento das penas mais graves em primeiro lugar	683
2.8.	Exigência da reparação do dano ou devolução do produto do ilícito para a progressão de regime.....	684
2.9.	Inviabilidade de alteração do regime inicial fixado na condenação pelo juiz da execução	686
2.10.	Permissão legal para o juiz da condenação fixar o regime inicial em função da detração.....	687
3.	Regime fechado.....	687
3.1.	Local de cumprimento da pena no regime fechado	687
3.2.	Regime fechado e gravidade do crime.....	688
3.3.	A aplicação do regime fechado à pena de detenção	689
3.4.	Escolha do regime em caso de aplicação concomitante de reclusão e detenção.....	690
3.5.	Pena fixada no mínimo e regime prisional mais severo.....	691
3.6.	Regime disciplinar diferenciado.....	692
3.6.1.	A constitucionalidade do regime disciplinar diferenciado.....	694
3.7.	O trabalho externo do sentenciado.....	695
3.8.	Permissão de saída	696
4.	Regime semiaberto.....	696
4.1.	Local de cumprimento da pena no regime semiaberto.....	696
4.2.	Saídas temporárias e trabalho externo	697
4.3.	Situação do índio.....	698
4.4.	Falta de vagas no regime semiaberto.....	699
4.4.1.	Regime inicial semiaberto e falta de vagas em colônia .	699
4.4.2.	Progressão para o semiaberto e falta de vagas na colônia	699
4.5.	A questão do estrangeiro.....	701
5.	Regime aberto	701
5.1.	Local de cumprimento da pena no regime aberto.....	701
5.2.	A fixação do regime aberto na sentença condenatória	703
5.3.	Regime aberto e crime militar	703
5.4.	Condições para o regime aberto	703
5.5.	Hipóteses de regressão do aberto a regime mais rigoroso.....	704
6.	Direitos do preso	705
6.1.	Direitos constitucionais e gerais.....	705
6.2.	Direito à visita íntima	706

6.3.	Direito de cumprir a pena no local do seu domicílio e inclusão em presídio federal.....	706
6.4.	Direito do preso à execução provisória da pena	706
6.4.1.	Execução provisória e prisão especial.....	709
7.	Trabalho do preso.....	710
7.1.	Distinção entre trabalho forçado e obrigatório	710
7.2.	Trabalho do preso e remição.....	710
7.2.1.	Perda dos dias remidos e falta grave	711
7.2.2.	Inexistência de oportunidade de trabalho e preso provisório	712
7.2.3.	Remição pelo estudo.....	713
7.3.	Preso provisório e remição.....	714
7.4.	Benefícios previdenciários	714
8.	Superveniência de doença mental.....	716
9.	Detração.....	717
9.1.	Conceito	717
9.2.	Cômputo da prisão provisória na medida de segurança.....	717
9.3.	Ligação entre a prisão provisória e a pena concreta para aplicar a detração	718
9.4.	Detração e pena de multa.....	718
9.5.	Detração e determinação do regime inicial da pena	719
9.6.	Detração e suspensão condicional da pena	720
9.7.	Detração e medidas cautelares alternativas à prisão.....	720
	Resumo do capítulo	721
	CAPÍTULO XXIX – Penas Restritivas de Direitos	725
1.	Conceito e natureza jurídica das penas restritivas de direitos.....	725
2.	Espécies de penas restritivas de direitos	726
3.	Requisitos objetivos para a concessão das penas restritivas de direitos....	727
3.1.	Delação premiada.....	728
3.2.	Crimes hediondos e equiparados.....	729
3.3.	Violência doméstica ou familiar.....	729
3.4.	Reincidência em crime doloso	730
4.	Requisitos subjetivos à concessão das penas alternativas	730
4.1.	Concessão da pena alternativa para estrangeiro	731
5.	Conversão durante o cumprimento da pena	731
5.1.	Composição com o disposto no art. 60, § 2.º, do Código Penal.....	731
6.	Reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade	733
6.1.	Saldo da pena privativa de liberdade após a reconversão	735

6.2. Reversão facultativa por condenação a pena privativa de liberdade.....	735
6.3. Reversão fundada em lei e não em desejo do condenado.....	736
7. Particularidades quanto ao cumprimento das penas restritivas de direitos.....	736
7.1. Prestação pecuniária.....	736
7.1.1. Hipótese de despenalização.....	737
7.1.2. Prestação de outra natureza.....	737
7.1.3. Competência para aplicação da prestação de outra natureza.....	739
7.2. Perda de bens e valores.....	739
7.3. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	740
7.4. Interdição temporária de direitos.....	742
7.4.1. Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo, profissão, atividade ou ofício dependentes de autorização ou regulamentação do poder público, embora na esfera privada.....	742
7.4.2. Proibição de dirigir.....	743
7.4.3. Proibição de frequentar lugares.....	744
7.4.4. Proibição de se inscrever em certames públicos.....	744
7.5. Limitação de fim de semana.....	745
Resumo do capítulo.....	745
CAPÍTULO XXX – Pena Pecuniária.....	747
1. Conceito e destinação da multa.....	747
2. Critério para a individualização da pena de multa.....	748
2.1. Exceções ao critério do dia-multa.....	749
3. Inviabilidade de suportar o pagamento da pena de multa ou das custas.....	750
4. Constitucionalidade da fixação do valor do dia-multa em salário mínimo.....	750
5. Constitucionalidade da atualização monetária da multa.....	751
5.1. Termo inicial de incidência da correção monetária.....	751
6. Multa como dívida de valor.....	752
6.1. A competência judiciária para a execução da pena pecuniária.....	752
6.2. A extinção da punibilidade da pena de multa enviando-se certidão de dívida ativa para a esfera cível.....	753
6.3. Multa irrisória.....	754
6.4. Condenado preso e cobrança da multa.....	754
6.5. <i>Habeas corpus</i> e pena de multa.....	755
6.6. Causas interruptivas e suspensivas da prescrição.....	755
Resumo do capítulo.....	755

CAPÍTULO XXXI – Cominação de Penas	757
1. Conceito de cominação de penas.....	757
2. Penas privativas de liberdade.....	757
3. Penas restritivas de direitos.....	758
4. Multa.....	759
Resumo do capítulo.....	759
CAPÍTULO XXXII – Aplicação da Pena	761
1. Conceito.....	761
2. Circunstâncias judiciais.....	763
2.1. Momentos de ocorrência e de avaliação.....	764
3. A política da pena mínima.....	765
3.1. Fixação acima do mínimo legal.....	767
4. Possibilidade de aplicação da pena máxima.....	767
4.1. Viabilidade de o Tribunal reavaliar as circunstâncias judiciais...	769
5. Culpabilidade.....	769
5.1. Dolo intenso e culpa grave.....	771
6. Antecedentes.....	772
6.1. Maus antecedentes.....	773
6.2. Caducidade dos maus antecedentes.....	773
6.3. Maus antecedentes e reincidência.....	774
7. Conduta social.....	774
8. Personalidade.....	776
8.1. Agressividade e personalidade antissocial.....	779
8.2. Perversidade.....	780
8.3. Personalidade voltada ao crime.....	780
8.4. Momento de avaliação da personalidade.....	781
8.5. Possibilidade de avaliação da personalidade pelo julgador e críticas levantadas.....	781
9. Motivos do crime.....	786
9.1. Motivo do crime e premeditação.....	787
10. Circunstâncias do crime.....	788
10.1. Espécie de arma e homicídio.....	788
10.2. Gravidade do delito servindo para aumentar a pena-base.....	788
11. Consequências do crime.....	789
11.1. Consequências e crime continuado.....	789
12. Comportamento da vítima.....	790
13. Pena-base.....	792
13.1. Critérios para a fixação da pena-base.....	792

14. Cautela para a não incidência no <i>bis in idem</i>	796
15. Limites mínimo e máximo previstos no preceito secundário do tipo penal incriminador.....	797
16. Fixação do regime inicial de cumprimento da pena.....	798
16.1. Fixação do regime sem fundamentação.....	798
16.2. Substituição da pena privativa de liberdade	799
16.3. Fixação da pena no mínimo legal prescinde de motivação	799
17. Critérios especiais da pena de multa.....	799
17.1. Aumento (e diminuição) da pena de multa.....	799
18. Agravantes e atenuantes.....	800
18.1. Conceito	800
18.2. <i>Quantum</i> das agravantes e atenuantes.....	800
19. Diferença entre elementares e circunstâncias.....	801
20. Necessidade de evitar o <i>bis in idem</i>	801
21. Rol taxativo para agravantes e exemplificativo para atenuantes	802
22. Divisão do rol das agravantes.....	802
23. Reincidência.....	803
23.1. Conceito	803
23.2. Reincidência e o princípio constitucional da vedação da dupla punição pelo mesmo fato (<i>ne bis in idem</i>).....	804
23.3. Espécies de reincidência.....	806
23.4. Primariedade e reincidência	806
23.5. Cometimento de crime no dia em que transita em julgado a sentença condenatória por crime anterior.....	806
23.6. Prova da reincidência.....	806
23.7. Reincidência e pena de multa	807
23.8. Efeitos da reincidência.....	807
23.9. Caducidade da condenação anterior	808
23.10. Inclusão dos prazos do <i>sursis</i> e do livramento condicional.....	809
23.11. Crimes militares próprios e impróprios	809
23.12. Crimes políticos.....	810
24. As demais agravantes previstas no inciso II do art. 61 do Código Penal.....	810
24.1. Motivo fútil	810
24.1.1. Motivo fútil e ausência de motivo.....	811
24.1.2. Motivo fútil e motivo injusto	812
24.1.3. A questão do ciúme.....	812
24.1.4. Embriaguez e futilidade.....	812
24.2. Motivo torpe e a particularidade da vingança.....	813
24.3. Motivação torpe específica.....	814

24.4.	Traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulte ou impossibilite a defesa da vítima	815
24.5.	Emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum	816
24.6.	Relações familiares	817
24.7.	Abuso de autoridade e relações do lar	818
24.8.	Abuso de poder e violações de dever.....	818
24.9.	Covardia	821
24.10.	Proteção da autoridade.....	824
24.11.	Situação de desgraça particular ou calamidade pública.....	824
24.12.	Embriaguez preordenada	825
24.13.	Agravantes previstas em legislação especial	825
24.14.	Agravantes no caso de crime cometido por mais de uma pessoa	826
25.	Atenuantes	827
25.1.	Fixação da pena abaixo do mínimo legal.....	827
25.2.	Menoridade relativa	828
25.3.	Desconhecimento da lei	830
25.4.	Relevante valor social ou moral.....	831
25.5.	Arrependimento	831
25.6.	Coação resistível, obediência indevida e influência de emoção	833
25.7.	Confissão espontânea	834
25.8.	Influência de multidão, em meio a tumulto	835
25.9.	Atenuante inominada	836
25.10.	Atenuantes em leis especiais	837
26.	Compensação das agravantes e atenuantes.....	837
26.1.	Reincidência <i>versus</i> confissão espontânea	839
26.2.	Multirreincidência <i>versus</i> confissão espontânea.....	840
27.	Cálculo da pena	841
27.1.	Sistemas para a fixação da pena	841
27.2.	Cuidado especial para evitar a dupla agravação pelo mesmo motivo	842
27.3.	Conceito de causas de aumento e diminuição.....	842
27.4.	Conceito de qualificadoras e privilégios	843
27.5.	Existência de duas ou mais qualificadoras.....	843
27.6.	Compensação entre circunstâncias judiciais e legais.....	844
27.7.	Concurso entre causas de aumento e de diminuição	844
27.8.	CrITÉrio para aplicação dos aumentos e das diminuições.....	845
	Resumo do capítulo	846
	Esquemas	850

CAPÍTULO XXXIII – Concurso de Crimes	859
1. Conceito e critério de análise.....	859
2. Sistemas cabíveis ao concurso de crimes.....	859
2.1. Sistema da acumulação material.....	859
2.2. Sistema da acumulação jurídica.....	860
2.3. Sistema da absorção.....	860
2.4. Sistema da exasperação da pena.....	861
3. Concurso material.....	861
3.1. Critérios para a aplicação da pena.....	861
3.2. Aplicação cumulativa de reclusão e detenção.....	861
3.3. Concurso material moderado.....	862
3.4. Possibilidade de cumulação de pena privativa de liberdade com restritiva de direitos.....	862
3.5. Cumprimento simultâneo ou sucessivo de penas restritivas de direitos.....	863
4. Concurso formal.....	863
4.1. Concurso formal entre tipos omissivos.....	863
4.2. Concurso formal entre roubo e corrupção de menor.....	863
4.3. Grau de aumento da pena.....	863
4.4. Concorrência de concursos.....	864
4.5. Concurso formal perfeito e imperfeito.....	864
4.6. A dúvida e o concurso formal perfeito.....	866
4.7. Concurso material favorável ou benefício.....	867
5. Crime continuado.....	867
5.1. Conceito e aspectos históricos.....	867
5.2. Natureza jurídica.....	868
5.3. Requisitos para o reconhecimento do crime continuado.....	870
5.3.1. Crimes da mesma espécie.....	870
5.3.1.1. Roubo e latrocínio.....	871
5.3.1.2. Estupro e estupro de vulnerável.....	872
5.3.2. Condições de tempo.....	872
5.3.3. Condições de espaço.....	872
5.3.4. Formas de execução.....	873
5.3.5. Outras circunstâncias semelhantes.....	874
5.3.6. Delinquência habitual ou profissional.....	874
5.3.7. Crime habitual continuado.....	875
5.3.8. Critério de dosagem do aumento.....	875
5.3.9. A unidade de desígnio no crime continuado.....	875
5.3.10. Crime continuado e delito culposos.....	878

5.3.11. Crime continuado e imputabilidade	879
5.3.12. Crimes praticados contra vítimas diferentes, bens personalíssimos e cálculo específico.....	879
5.3.13. Ações concomitantes, contemporâneas ou simultâneas	880
5.3.13.1. Envenenamento e crime continuado.....	880
5.3.14. Espécies de crime continuado	880
5.3.15. Diferença entre crime continuado e delito habitual	881
5.3.16. Diferença entre concurso de crimes e reincidência	881
5.3.17. Crime continuado e suspensão condicional do processo.....	882
5.3.18. Referências ao art. 70, parágrafo único, e ao art. 75	882
6. Multa no concurso de crimes.....	883
Resumo do capítulo	884
Esquemas	885
CAPÍTULO XXXIV – Erro na Execução e Resultado Diverso do Pretendido	889
1. Conceito de erro na execução (<i>aberratio ictus</i>)	889
2. Espécies de <i>aberratio ictus</i> (art. 73, CP)	890
3. Situações possíveis no caso de erro na execução.....	890
4. Responsabilidade penal objetiva nas <i>aberratio</i>	891
5. Conceito de resultado diverso do pretendido (<i>aberratio criminis</i> ou <i>aberratio delicti</i>)	892
6. Situações possíveis no caso de resultado diverso do pretendido	893
Resumo do capítulo	893
CAPÍTULO XXXV – Limite de Penas e Unificação	895
1. Fundamento para o limite das penas.....	895
2. Unificação de penas	898
2.1. Unificação das penas em 30 anos.....	899
2.2. Unificação das penas e fuga do condenado.....	900
2.3. Modo de unificação	900
3. Cumprimento da pena mais grave em primeiro lugar	901
Resumo do capítulo	902
CAPÍTULO XXXVI – Suspensão Condicional da Pena	903
1. Conceito e aspectos históricos.....	903
2. Espécies de <i>sursis</i>	904
3. Faculdade do juiz ou direito subjetivo do réu	905
3.1. Violência doméstica	905
3.2. <i>Sursis</i> e concurso de crimes.....	906

3.3. <i>Sursis</i> e indulto.....	906
3.4. Processos em andamento.....	906
4. Requisitos da suspensão condicional da pena.....	907
4.1. Requisito objetivo.....	907
4.2. Requisitos subjetivos.....	907
4.2.1. <i>Sursis</i> e crime hediondo.....	907
4.3. Requisito objetivo-subjetivo.....	908
5. Reincidência, multa e <i>sursis</i>	908
6. Circunstâncias especiais não impeditivas à concessão do <i>sursis</i>	908
7. Circunstâncias especiais impeditivas à concessão do <i>sursis</i>	909
8. <i>Sursis</i> etário e humanitário.....	909
9. Estrangeiros de passagem pelo País e a possibilidade de concessão do <i>sursis</i>	909
10. Regime penitenciário e <i>sursis</i>	910
11. Facultatividade do <i>sursis</i> para o sentenciado.....	911
12. <i>Sursis</i> e suspensão dos direitos políticos.....	912
13. Período de prova e escolha das condições.....	912
13.1. Constitucionalidade das penas restritivas de direitos impostas como condições do <i>sursis</i>	912
13.2. Inviabilidade da condição de prestação de serviços à comunidade.....	913
13.3. <i>Sursis</i> incondicionado.....	913
13.4. Duração do cumprimento das condições.....	914
13.5. Requisitos abertos pela própria lei.....	914
14. <i>Sursis</i> e <i>habeas corpus</i>	914
15. <i>Sursis</i> e penas alternativas ou multa.....	915
16. Causas de revogação do <i>sursis</i>	915
16.1. Condenação definitiva por crime doloso.....	915
16.2. Não pagamento da multa ou falta de reparação do dano.....	915
16.3. Descumprimento das condições do <i>sursis</i> simples.....	915
16.3.1. Concessão sem efeito.....	915
16.4. Descumprimento das condições do <i>sursis</i> especial.....	916
16.5. Condenação definitiva por crime culposo ou contravenção penal.....	916
16.6. Prévia audiência do sentenciado.....	916
17. Prorrogação do período de prova.....	916
18. Cumprimento de <i>sursis</i> simultâneo.....	917
19. Prorrogação máxima do período de prova.....	917
20. Consequências da revogação.....	917
21. Finalização da suspensão condicional da pena.....	918
Resumo do capítulo.....	918

CAPÍTULO XXXVII – Livramento Condicional.....	921
1. Conceito de livramento condicional, natureza jurídica e aspectos históricos.....	921
2. Requisitos do livramento condicional e prazo de duração.....	923
3. Livramento condicional e <i>habeas corpus</i>	928
4. O egresso e o livramento condicional para estrangeiro.....	928
5. Livramento condicional cautelar.....	928
6. Soma das penas para efeito de livramento condicional.....	929
7. Condições obrigatórias para o livramento condicional.....	929
7.1. Condições facultativas para o livramento condicional.....	929
8. Revogação do livramento condicional.....	929
9. Efeitos da revogação.....	931
10. Prorrogação e extinção do livramento condicional.....	931
11. Natureza da decisão que considera extinta a pena.....	932
12. Livramento condicional para estrangeiro.....	932
13. Suspensão cautelar do livramento condicional.....	933
14. Prévia oportunidade de defesa.....	933
Resumo do capítulo.....	933
CAPÍTULO XXXVIII – Efeitos da Condenação.....	935
1. Conceito e natureza jurídica dos efeitos da condenação.....	935
2. Efeito genérico de tornar certa a obrigação de reparar o dano.....	937
3. Efeito genérico da perda em favor do Estado dos instrumentos do crime, desde que bens e valores de origem ilícita.....	938
4. Produto e proveito do crime.....	938
4.1. Efeito da contravenção penal.....	939
4.2. Medidas para alcançar o produto e o proveito do crime.....	939
4.3. Efeitos específicos, porém obrigatórios.....	939
4.4. Confisco de bens lícitos como forma de compensação.....	940
5. Efeito específico da perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.....	940
5.1. Imposição de penas alternativas à prisão.....	941
5.2. Perda de emprego público e aposentadoria.....	941
6. Efeito específico da incapacidade para o poder familiar, tutela ou curatela.....	941
6.1. Alcance da incapacidade para o exercício do poder familiar, tutela ou curatela.....	942
7. Efeito específico da inabilitação para dirigir veículo.....	944
Resumo do capítulo.....	944

CAPÍTULO XXXIX – Reabilitação	945
1. Conceito.....	945
2. Crítica ao instituto.....	945
3. Competência e procedimento.....	947
Resumo do capítulo.....	949
CAPÍTULO XL – Medidas de Segurança	951
1. Conceito e natureza jurídica.....	951
2. Sistemas de aplicação da pena e da medida de segurança.....	952
3. Concorrência com a Lei 10.216/2001 (Lei de proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais).....	953
4. Pressupostos para a aplicação da medida de segurança.....	954
5. Internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.....	955
6. Internação por prazo indeterminado.....	956
7. Culpabilidade e periculosidade.....	957
8. Conversão da pena em medida de segurança no curso da execução....	958
8.1. Reconversão da medida de segurança em pena.....	960
9. Detração e medida de segurança.....	960
10. Fixação do prazo de duração mínima da medida de segurança.....	961
11. Exame de cessação da periculosidade.....	961
11.1. Procedimento para a realização do exame.....	962
11.2. Assistência de médico particular.....	962
11.3. Imposição de condições.....	962
11.4. Desinternação e liberação.....	962
12. Conversões da internação em tratamento ambulatorial e deste em internação.....	963
13. Conversão da pena aplicada ao semi-imputável.....	964
14. Medida de segurança aplicada em 2.ª instância.....	965
15. Direito do internado.....	965
Resumo do capítulo.....	965
CAPÍTULO XLI – Ação Penal	967
1. Conceito de ação penal.....	967
2. Princípios que regem a ação penal pública incondicionada.....	968
3. Fixação da iniciativa da ação penal.....	968
3.1. Concurso de crimes e ação penal.....	969
4. Ação penal pública condicionada.....	969
5. Ação penal privada.....	969
5.1. Ação privada subsidiária da pública.....	970

6. Ação penal no crime complexo	971
7. Irretratabilidade da representação	971
8. Decadência	971
9. Renúncia ao direito de queixa.....	972
10. Perdão do ofendido	972
Resumo do capítulo	973
CAPÍTULO XLII – Extinção da Punibilidade	975
1. Conceito de extinção da punibilidade	975
2. Condições objetivas de punibilidade	975
3. Condições negativas de punibilidade (escusas absolutórias)	976
3.1. Diferenças entre as condições objetivas de punibilidade e as condições negativas de punibilidade	976
3.2. Condições de procedibilidade	977
4. Causas gerais e específicas.....	977
5. Comunicabilidade das causas extintivas da punibilidade.....	977
6. Momentos de ocorrência	977
7. Rol exemplificativo	978
7.1. Causas de extinção da punibilidade <i>implícitas</i>	978
8. Morte do agente	978
8.1. Morte do agente e interesse recursal	979
8.2. Morte presumida	980
8.3. Certidão de óbito falsa.....	980
9. Anistia	981
10. Graça ou indulto individual.....	982
11. Indulto coletivo.....	983
11.1. Indulto condicional.....	984
11.2. Indulto facultativo	984
11.3. Indulto coletivo e crimes hediondos e assemelhados.....	985
11.3.1. Indulto humanitário.....	986
11.4. Indulto da pena de multa e limite mínimo para inscrição de débito na dívida ativa.....	986
11.5. Necessidade de apreciação pelo juiz da execução criminal.....	987
11.6. Indulto inconstitucional	987
11.7. Comutação (indulto parcial) e crime hediondo ou equiparado	988
11.8. Indulto (parcial ou total) e cometimento de falta grave.....	988
12. <i>Abolitio criminis</i>	988
13. Decadência	989
14. Perempção.....	990
15. Renúncia e perdão.....	990

16. Retratação.....	991
17. Perdão judicial	992
17.1. Natureza jurídica do perdão e da sentença que o concede	992
17.2. Prescrição e perdão judicial.....	993
17.3. Situações que ensejam o perdão judicial.....	994
17.4. Independência da causa extintiva da punibilidade.....	994
18. Prescrição	994
18.1. Conceito e fundamentos	994
18.2. Prazos de prescrição da pretensão punitiva e executória.....	995
18.3. Espécies de prescrição e seus efeitos.....	996
18.3.1. Matéria de ordem pública com reconhecimento de ofício pelo magistrado	996
18.4. Prescrição da medida de segurança.....	997
18.5. Prescrição e detração	998
18.6. Imprescritibilidade.....	998
18.7. Prescritibilidade no caso de suspensão do processo por citação ficta.....	999
18.8. Natureza dos prazos de prescrição da pretensão punitiva.....	999
18.9. Prescrição antecipada ou virtual	1000
18.10. Prazos prescricionais das penas restritivas de direitos.....	1000
18.11. Sentença e acórdão condenatório.....	1000
18.12. Prazos da prescrição da pretensão executória e aumento por conta da reincidência.....	1001
18.13. <i>Bis in idem</i>	1001
18.14. Prescrição intercorrente, subsequente ou superveniente.....	1001
18.15. Efeito da interposição de recursos especial e extraordinário	1002
18.16. Prescrição retroativa	1003
18.17. Termo inicial da prescrição da pretensão punitiva.....	1003
18.17.1. Crimes falimentares.....	1004
18.17.2. Início da prescrição nos crimes contra a honra e diferença com decadência.....	1004
18.17.3. Início de prescrição na tentativa	1005
18.17.4. Regra especial para os delitos permanentes.....	1005
18.17.5. Prescrição dos crimes habituais.....	1005
18.17.6. Estelionato contra a Previdência	1005
18.17.7. Regra específica para bigamia e falsificação ou alteração de assentamento do registro civil	1005
18.17.8. Maior proteção a crianças e adolescentes.....	1006
18.18. Termo inicial da prescrição da pretensão executória	1007
18.18.1. <i>Sursis</i> sem efeito.....	1007

18.18.2. Interrupção da execução	1008
18.19. Prescrição da multa.....	1008
18.20. Menoridade relativa e senilidade	1008
18.21. Causas impeditivas ou suspensivas da prescrição da pretensão punitiva.....	1009
18.22. Causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva	1010
18.23. Causas interruptivas da prescrição da pretensão executória.....	1013
18.24. Comunicabilidade das causas interruptivas	1013
18.25. Prescrição das penas mais brandas	1014
18.26. Concurso de crimes e prescrição	1014
Resumo do capítulo	1015
Esquemas	1018
Referências Bibliográficas	1025
Obras do Autor	1071

3.	Destruição, subtração ou ocultação de cadáver	675
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	675
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	676
3.3	Elemento subjetivo do tipo	676
3.4	Erro de proibição	676
3.5	Objetos material e jurídico	676
3.6	Classificação.....	677
3.7	Confronto com a autodefesa.....	677
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	677
3.8	Quadro-resumo	678
4.	Vilipêndio a cadáver.....	678
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	678
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	679
4.3	Elemento subjetivo do tipo	679
4.4	Objetos material e jurídico.....	679
4.5	Classificação	679
4.6	Quadro-resumo	679
	<i>Resumo do capítulo</i>	680
	Referências Bibliográficas	683
	Obras do Autor	723

Guilherme de Souza Nucci

Curso de Direito Penal

vol. 2

Parte Especial
Arts. 121 a 212 do Código Penal

3.^a edição

*revista, atualizada
e ampliada*



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.

Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2019 by

EDITORA FORENSE LTDA.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896

faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

- Capa: Danilo Oliveira

- Fechamento desta edição: 26.09.2018

- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

N876c

Nucci, Guilherme de Souza

Curso de Direito Penal: parte especial: arts. 121 a 212 do Código Penal / Guilherme de Souza Nucci. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-8249-2

1. Direito penal – Brasil. I. Título.

18-51794

CDU: 343(81)

Sumário

PARTE 1

CRIMES CONTRA A PESSOA

CAPÍTULO I – Crimes contra a Vida.....	3
1. Direito à vida e fundamento constitucional	3
2. Homicídio.....	4
2.1 Estrutura do tipo penal incriminador	4
2.2 Conceito de homicídio e aspectos históricos.....	6
2.3 Estados entre a vida e a morte	9
2.3.1 A morte demonstrada para fins de doação de órgãos...	10
2.4 Conceito de genocídio	12
2.5 Diferença entre homicídio e assassinato	12
2.6 Sujeitos ativo e passivo.....	13
2.6.1 Vida extrauterina.....	14
2.7 Elemento subjetivo	16
2.7.1 Dolo eventual e qualificadoras subjetivas	16
2.8 Objeto material e objeto jurídico	17

2.9	Classificação	17
2.10	Meios de matar	17
2.11	Homicídio simples hediondo.....	18
2.12	Homicídio <i>privilegiado</i> (art. 121, § 1.º)	19
2.12.1	Relevante valor social ou moral.....	20
2.12.2	Diferença entre a causa de diminuição da pena e a atenuante	21
2.12.3	Ciúme como fundamento para a causa de diminuição....	22
2.12.4	Eutanásia e homicídio privilegiado.....	22
2.12.4.1	Mistanásia	26
2.12.4.2	Realidade <i>versus</i> direito: a ortotanásia	26
2.13	Domínio de violenta emoção.....	27
2.13.1	Fundamento da atenuação do homicídio no caso de violenta emoção	29
2.13.2	Domínio de violenta emoção e dolo eventual.....	29
2.13.3	Análise contextual da injusta provocação da vítima.....	30
2.13.4	Premeditação e violenta emoção.....	30
2.14	Concomitância de causas de diminuição.....	30
2.15	Obrigação ou faculdade do juiz.....	31
2.16	Homicídio privilegiado hediondo.....	32
2.17	Critério para redução da pena	32
2.18	(In)comunicabilidade das motivações previstas no § 1.º do art. 121	32
2.19	Homicídio qualificado (art. 121, § 2.º).....	33
2.20	Homicídio privilegiado-qualificado	34
2.21	Homicídio privilegiado-qualificado hediondo	34
2.22	Qualificadoras.....	35
2.22.1	Paga ou promessa de recompensa.....	35
2.22.2	Motivo torpe	36
2.22.3	Torpeza e vingança.....	36
2.23	Motivo fútil	37
2.23.1	Ausência de motivo.....	38
2.23.2	Ciúme, futilidade e torpeza.....	39
2.23.3	Embriaguez e futilidade.....	40
2.24	Ins�dia, crueldade e perigo comum.....	40
2.24.1	Facetas peculiares do veneno.....	41
2.24.2	Fogo e duplicidade de g�nero	43

2.24.3	Espécies de asfixia	43
2.24.4	Tortura como meio e como objetivo.....	44
2.24.5	Dificuldade ou impossibilidade de defesa.....	44
2.24.6	Traição, emboscada e dissimulação	46
2.24.7	Existência anterior de ameaça de morte.....	46
2.25	Torpeza específica	46
2.25.1	Relação com o crime putativo e o delito impossível.....	47
2.25.2	Hipóteses de conexão consequencial, teleológica e ocasional	47
2.26	Feminicídio	48
2.26.1	Condição de sexo feminino	51
2.26.2	Violência doméstica e familiar	53
2.26.3	Formas de violência doméstica e familiar contra a mulher.....	53
2.27	Crime contra agente estatal	54
2.28	Qualificadoras objetivas e elemento subjetivo	57
2.29	AIDS e homicídio	57
2.30	Homicídio culposo (art. 121, § 3.º).....	58
2.30.1	Homicídio culposo no trânsito.....	62
2.30.2	Inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício	62
2.30.3	Omissão de socorro	66
2.30.4	Socorro prestado por terceiros	67
2.30.5	A questão relativa à morte instantânea da vítima	67
2.30.6	Causa de aumento, e não crime qualificado pelo resultado.....	68
2.30.7	Não procurar diminuir as consequências do seu ato	69
2.30.8	Fuga da prisão em flagrante	69
2.31	Vítima menor de 14 anos	69
2.32	Vítima maior de 60 anos.....	70
2.33	Perdão judicial	71
2.33.1	Faculdade ou obrigação do juiz.....	71
2.33.2	Consequências do crime atingem o próprio agente	72
2.33.3	Pessoas que podem ser atingidas, além do agente	72
2.33.4	Gravidade das consequências	73
2.34	Milícia privada e grupo de extermínio	73
2.34.1	Número mínimo de integrantes	74

2.34.2	Montante de elevação da pena	75
2.34.3	Finalidade específica	75
2.35	Causa de aumento da pena no feminicídio.....	75
2.35.1	Gestação e pós-parto	75
2.36	Menor de 14, maior de 60 e deficiente	76
2.37	Presença de descendente ou ascendente da vítima	76
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	77
2.38	Quadro-resumo	78
3.	Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio	79
3.1	Conceito de suicídio	79
3.1.1	Suicídio com arma branca.....	81
3.2	Estrutura do tipo penal incriminador	82
3.3	Sujeitos ativo e passivo	82
3.4	Elemento subjetivo.....	83
3.5	Objetos material e jurídico	83
3.6	Classificação do crime	84
3.7	Auxílio por omissão	84
3.8	Pacto de morte	85
3.8.1	Os fatores de inconstitucionalidade da instigação ao suicídio	86
3.9	Motivo egoístico	87
3.10	Vítima menor ou com resistência diminuída	87
3.11	Greve de fome e concepções religiosas.....	88
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	89
3.12	Quadro-resumo	90
4.	Infanticídio	91
4.1	Conceito e aspectos históricos.....	91
4.2	Distinção entre infanticídio e aborto.....	92
4.3	Estrutura do tipo penal incriminador	93
4.4	Sujeitos ativo e passivo	93
4.5	Elemento subjetivo.....	94
4.6	Objetos material e jurídico.....	94
4.7	Classificação do crime	94
4.8	Estado puerperal.....	94
4.9	Circunstância de tempo.....	97
4.10	Concurso de pessoas.....	99
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	102

4.11	Quadro-resumo	102
5.	Aborto	103
5.1	Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento.....	103
5.1.1	Aspectos históricos do aborto	103
5.1.2	Conceito e formas.....	105
5.1.2.1	Prós e contras à legalização do aborto	107
5.1.3	Estrutura do tipo penal incriminador	108
5.1.3.1	Prova da existência do crime e sigilo médico	109
5.1.4	Sujeitos ativo e passivo.....	110
5.1.4.1	Gestante suicida	111
5.1.5	Objetos material e jurídico	111
5.1.6	Elemento subjetivo	111
5.1.7	Classificação do crime	111
5.1.8	Hipóteses que afastam a ocorrência de aborto.....	112
5.1.9	Quadro-resumo	112
5.2	Aborto provocado por terceiro sem o consentimento da gestante	113
5.2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	113
5.2.1.1	Mecanismos para o aborto.....	113
5.2.2	Tentativa de aborto e morte do recém-nascido.....	114
5.2.3	Sujeitos ativo e passivo	115
5.2.4	Elemento subjetivo.....	115
5.2.5	Objetos material e jurídico	115
5.2.6	Classificação do crime	115
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	116
5.2.7	Quadro-resumo	116
5.3	Aborto provocado com o consentimento da gestante.....	117
5.3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	117
5.3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	117
5.3.3	Elemento subjetivo.....	118
5.3.4	Objetos material e jurídico	118
5.3.5	Classificação do crime	118
5.3.6	Exceções em face de elementos específicos	119
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	119
5.3.7	Quadro-resumo	120
5.4	Aborto: forma qualificada.....	120
5.4.1	Aplicação restrita.....	120

5.4.2	Hipóteses da figura qualificada do art. 127 do CP.....	120
5.4.3	Crimes qualificados pelo resultado.....	121
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	121
5.4.4	Quadro-resumo	122
5.5	Excludentes de ilicitude do aborto.....	122
5.5.1	Análise da expressão “não se pune”	122
5.5.2	Constitucionalidade do dispositivo	122
5.5.3	Sujeito que pode praticá-lo	123
5.5.4	Aborto terapêutico	123
5.5.5	Aborto humanitário ou piedoso.....	123
5.5.6	Questão controversa: estupro decorrente de violência ficta	124
5.5.7	Existência de condenação ou processo pelo delito de estupro	124
5.5.7.1	Alvará judicial.....	124
5.5.8	Consentimento da gestante.....	125
5.5.9	Limite temporal para o aborto.....	125
5.6	A questão do aborto eugênico em confronto com a anencefalia	126
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	131
5.6.1	Quadro-resumo	133
	<i>Resumo do capítulo</i>	134
	CAPÍTULO II – Lesões Corporais	137
1.	Conceito de lesão corporal.....	137
2.	Estrutura do tipo penal incriminador	138
3.	Sujeitos ativo e passivo.....	139
4.	Elemento subjetivo	139
5.	Objetos material e jurídico.....	140
6.	Classificação	140
7.	Aplicação de excludentes de tipicidade supralegais	140
7.1	Lesões leves provocadas por cônjuge.....	141
8.	Consentimento do ofendido	141
9.	Conceito de lesão corporal grave e gravíssima.....	142
10.	Resultados qualificadores da lesão corporal grave.....	143
10.1	Ocupação habitual	143
10.1.1	Comprovação por perícia.....	143

10.2	Perigo de vida	144
10.2.1	Comprovação por perícia	146
10.3	Debilidade permanente	146
10.3.1	Comprovação por perícia.....	147
10.4	Aceleração de parto	147
10.5	Incapacidade permanente para o trabalho	148
10.6	Enfermidade incurável	148
10.7	Perda ou inutilização de membro, sentido ou função	149
10.7.1	Cirurgia de mudança de sexo	150
10.8	Deformidade permanente	153
10.9	Aborto	154
11.	Lesão corporal seguida de morte	155
11.1	Causas de aumento da milícia ou grupo similar de extermínio....	155
12.	Lesão corporal <i>privilegiada</i>	156
13.	Substituição de pena para a lesão simples	156
14.	Lesão culposa	157
15.	Perdão judicial	158
16.	Violência doméstica	158
16.1	Estrutura típica da lesão qualificada pela violência doméstica...	159
16.2	Penas e causas de aumento.....	161
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	161
	<i>Resumo do capítulo</i>	163

CAPÍTULO III - Periclitación da Vida e da Saúde

1.	Crimes de perigo	165
2.	Perigo concreto e perigo abstrato	166
3.	Perigo individual e perigo coletivo.....	168
4.	Perigo de contágio venéreo	168
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	168
4.2	Sujeitos ativo e passivo	169
4.3	Elemento subjetivo.....	169
4.4	Objetos material e jurídico.....	170
4.5	Classificação	170
4.6	Ação pública condicionada	171
4.7	AIDS	171
4.8	Quadro-resumo	171

5.	Perigo de contágio de moléstia grave.....	172
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	172
5.2	Sujeitos ativo e passivo	173
5.3	Elemento subjetivo.....	173
5.4	Objetos material e jurídico	174
5.5	Classificação.....	174
5.6	Aplicação da pena da lesão corporal grave, gravíssima ou seguida de morte.....	174
5.7	Quadro-resumo	175
6.	Perigo para a vida ou saúde de outrem.....	176
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	176
6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	177
6.3	Elemento subjetivo.....	177
6.4	Objetos material e jurídico	177
6.5	Classificação.....	177
6.6	Confronto com o art. 15 da Lei 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento)	178
6.7	Causa de aumento de pena	178
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	178
6.8	Quadro-resumo	179
7.	Abandono de incapaz.....	180
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	180
7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	181
7.3	Elemento subjetivo.....	181
7.4	Objetos material e jurídico	181
7.5	Classificação.....	181
7.6	Figuras preterdolosas	181
7.7	Causas de aumento de pena.....	182
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	182
7.8	Quadro-resumo	183
8.	Exposição de recém-nascido.....	183
8.1	Estrutura do tipo penal incriminador	183
8.2	Sujeitos ativo e passivo	184
8.3	Elemento subjetivo.....	185
8.4	Objetos material e jurídico.....	185
8.5	Classificação.....	185
8.6	Formas preterdolosas.....	186
8.7	Quadro-resumo	186

9.	Omissão de socorro.....	187
9.1	Estrutura do tipo penal incriminador	187
9.2	Sujeitos ativo e passivo.....	189
9.3	Elemento subjetivo.....	189
9.4	Objetos material e jurídico.....	189
9.5	Análise dos casos médicos	189
9.6	Vítima que recusa ajuda e vítima morta.....	189
9.7	Análise especial do fator “perigo”	190
9.8	Classificação	191
9.9	Figuras preterdolosas.....	191
9.10	Quadro-resumo	191
10.	Condicionamento de atendimento médico-hospitalar emergencial	192
10.1	Estrutura do tipo penal incriminador	192
10.2	Sujeitos ativo e passivo	193
10.3	Elemento subjetivo.....	193
10.4	Objetos material e jurídico.....	193
10.5	Classificação.....	193
10.6	Perigo concreto <i>versus</i> perigo abstrato	193
10.7	Crime qualificado pelo resultado	194
10.8	Aviso prévio da configuração do delito.....	195
10.9	Quadro-resumo	195
11.	Maus-tratos	196
11.1	Estrutura do tipo penal incriminador	196
11.1.1	Síndrome do bebê sacudido.....	198
11.2	Sujeitos ativo e passivo.....	198
11.3	Elementos subjetivos	198
11.4	Objetos material e jurídico	198
11.5	Classificação	199
11.6	A <i>Lei da Palmada</i> e o crime de maus-tratos.....	199
11.7	Nota particular sobre o caráter instantâneo do crime	200
11.8	Figuras preterdolosas.....	201
11.9	Tipos penais previstos em legislação especial	201
11.10	Aplicação da causa de aumento.....	201
11.11	Aplicação de agravantes	202
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	202
11.12	Quadro-resumo	203
	<i>Resumo do capítulo</i>	204

CAPÍTULO IV – Rixa	207
1. Estrutura do tipo penal incriminador	207
2. Sujeitos ativo e passivo	209
3. Elemento subjetivo	209
4. Objetos material e jurídico	209
5. Classificação	210
6. Figura preterdolosa	210
<i>Jurisprudência selecionada</i>	211
<i>Resumo do capítulo</i>	211
CAPÍTULO V – Crimes contra a Honra	213
1. Conceito de honra	213
1.1 Honra e dignidade da pessoa humana	215
2. Honra objetiva e honra subjetiva	215
2.1 Modos de execução dos delitos contra a honra	216
3. Honra comum e honra especial	217
3.1 Pessoas consideradas desonradas	217
4. Calúnia	218
4.1 Estrutura do tipo penal incriminador	218
4.1.1 Atribuição de fato	219
4.2 Sujeitos ativo e passivo	220
4.2.1 Inimputáveis e pessoas mortas	220
4.2.2 Pessoa jurídica como sujeito ativo	221
4.2.3 Pessoas indeterminadas	221
4.3 Elemento subjetivo	221
4.4 Objetos material e jurídico	222
4.5 Classificação	223
4.5.1 Aspecto particular da consumação	223
4.6 Exceção da verdade	223
4.6.1 Vedação à exceção da verdade referente à ação privada	224
4.6.2 Vedação à exceção da verdade em razão da pessoa envolvida	224
4.6.3 Vedação à exceção da verdade por ter havido absolvição	225
<i>Jurisprudência selecionada</i>	225
4.7 Quadro-resumo	226

5.	Difamação.....	227
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	227
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	227
5.3	Elemento subjetivo.....	228
5.3.1	Narrativa de testemunha	229
5.4	Objetos material e jurídico.....	230
5.5	Classificação.....	230
5.5.1	Aspecto particular da consumação.....	230
5.6	Exceção da verdade	231
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	231
5.7	Quadro-resumo	231
6.	Injúria.....	232
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	232
6.1.1	Injúria por omissão	233
6.1.2	Ofensa contra a honra pela Internet	234
6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	235
6.2.1	Agente embriagado	235
6.2.1.1	Ofendido embriagado ou deficiente.....	235
6.2.2	Inimputáveis e mortos	236
6.3	Elemento subjetivo.....	236
6.3.1	Injúria proferida no calor da discussão	237
6.4	Objetos material e jurídico.....	237
6.5	Classificação.....	238
6.5.1	Consumação	238
6.6	Exceção da verdade	238
6.7	Perdão judicial	239
6.7.1	Provocação reprovável	239
6.7.2	Retorsão imediata	239
6.8	Forma qualificada pela violência (§ 2.º)	239
6.9	Forma qualificada pela injúria racial (§ 3.º)	240
6.9.1	Injúria racial e racismo	240
6.9.2	Injúria qualificada contra idoso ou deficiente	242
6.9.3	Proporcionalidade da pena	242
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	243
6.10	Quadro-resumo	245
7.	Causas de aumento da pena previstas no art. 141	246

7.1	Honra do Presidente da República ou de chefe de governo estrangeiro	246
7.2	Honra de funcionário público	246
7.3	Facilitação da divulgação da agressão à honra	246
7.4	Proteção diferenciada ao idoso e ao deficiente.....	247
7.5	Causa de aumento de motivação torpe	247
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	247
7.6	Quadro-resumo	248
8.	Exclusão do crime	248
8.1	Imunidade judiciária.....	249
8.1.1	Discussão da causa	249
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	249
8.1.2	Ofensa ao magistrado	250
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	250
8.1.2.1	Ofensa do magistrado	251
8.1.3	Parte ou procurador	251
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	252
8.1.4	Confronto da imunidade judiciária com o Estatuto da Advocacia	252
8.1.5	Ofensa ao Promotor de Justiça	253
8.1.6	Ofensa ao réu	253
8.2	Imunidade literária, artística e científica	253
8.3	Imunidade funcional	254
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	254
8.4	Ressalva da divulgação da injúria ou da difamação.....	255
8.5	Quadro-resumo	255
9.	Retratação	256
9.1	Causa extintiva da punibilidade	256
9.2	Ofensa por meios de comunicação	256
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	257
9.3	Quadro-resumo	259
10.	Pedido de explicações	259
10.1	Consequência das explicações	260
10.2	Quadro-resumo	260
11.	Ação penal privada	261
11.1	Ação pública incondicionada	261

11.2	Hipóteses de ação pública condicionada	261
11.3	Representação de conteúdo limitado	262
11.4	Quadro-resumo	262
	<i>Resumo do capítulo</i>	263

CAPÍTULO VI – Crimes contra a Liberdade Individual..... 265

1.	Proteção constitucional	265
2.	Constrangimento ilegal	266
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	266
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	267
2.3	Elemento subjetivo	267
2.4	Objetos material e jurídico.....	268
2.5	Classificação.....	268
2.6	Aplicação cumulativa da pena	269
2.7	Causa de aumento de pena	269
2.7.1	Conceito de arma	269
2.7.2	Sistema da acumulação material	269
2.7.3	Causas excludentes da tipicidade	270
2.7.3.1	Intervenção médico-cirúrgica	270
2.7.3.2	Impedimento de suicídio	270
2.8	Quadro-resumo	270
3.	Ameaça	271
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	271
3.1.1	Ameaça no contexto da violência doméstica.....	273
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	273
3.3	Elemento subjetivo	274
3.3.1	Embriaguez	274
3.4	Objetos material e jurídico.....	275
3.5	Classificação	275
3.6	Ação pública condicionada	275
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	275
3.7	Quadro-resumo	276
4.	Sequestro e cárcere privado.....	277
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	277
4.1.1	Diferença entre sequestro e cárcere privado	277
4.1.2	Situação de permanência	278
4.1.3	Consentimento do ofendido	278

4.2	Sujeitos ativo e passivo	278
4.3	Elemento subjetivo.....	279
4.4	Objetos material e jurídico.....	279
4.5	Classificação.....	279
4.6	Figuras qualificadas	280
4.6.1	Relações familiares	280
4.6.2	Internação fraudulenta	280
4.6.3	Privação da liberdade de longa duração	280
4.6.4	Ofendido menor de 18 anos	281
4.6.4.1	Confronto com o art. 230 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente)	281
4.6.5	Finalidade libidinosa.....	282
4.6.6	Maus-tratos e natureza da detenção	282
4.7	Quadro-resumo	282
5.	Redução a condição análoga à de escravo.....	283
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	283
5.1.1	Trabalhos forçados	286
5.1.2	Jornada exaustiva.....	286
5.1.3	Condições degradantes de trabalho	286
5.1.4	Restrição da liberdade de locomoção	287
5.1.5	Cerceamento de meio de transporte	287
5.1.6	Manutenção de vigilância ostensiva no lugar de trabalho	288
5.1.7	Apossamento de documentos ou objetos pessoais	288
5.1.8	Consentimento da vítima.....	289
5.2	Sujeitos ativo e passivo	289
5.3	Elemento subjetivo	289
5.4	Objetos material e jurídico	289
5.5	Classificação.....	290
5.6	Acumulação material e multa	290
5.7	Causas de aumento de pena	290
5.8	Competência	290
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	291
5.9	Quadro-resumo	292
6.	Tráfico de pessoas.....	293
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	294

6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	294
6.3	Elemento subjetivo.....	295
6.4	Objetos material e jurídico	295
6.5	Classificação	295
6.6	Finalidades específicas.....	295
6.6.1	Remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo.....	295
6.6.2	Submissão a trabalho em condições análogas à de escravo.....	297
6.6.3	Submissão a qualquer tipo de servidão	297
6.6.4	Adoção ilegal.....	297
6.6.5	Exploração sexual.....	298
6.6.6	Causas de aumento da pena.....	299
6.6.7	Causas de diminuição da pena	301
6.7	Quadro-resumo	302
7.	Crimes contra a inviolabilidade do domicílio	303
7.1	Proteção constitucional	303
7.2	Estrutura do tipo penal incriminador	303
7.3	Sujeitos ativo e passivo.....	306
7.4	Elemento subjetivo.....	306
7.5	Objetos material e jurídico	307
7.6	Classificação	307
7.7	Tipo qualificado	307
7.8	Inaplicabilidade da violação de domicílio ao funcionário público	309
7.9	Causa excludente de ilicitude	309
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	311
7.10	Quadro-resumo	311
8.	Crimes contra a inviolabilidade de correspondência	313
8.1	Proteção constitucional e inviolabilidade de correspondência ...	313
8.2	Caráter relativo da proteção constitucional	313
8.3	Derrogação do art. 151 do Código Penal.....	314
8.4	Pena atualizada pela nova lei	314
8.5	Sonegação ou destruição de correspondência.....	314
8.5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	314
8.5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	318
8.5.2.1	Falecimento do remetente ou do destinatário	318

8.5.2.2	Marido e mulher	319
8.5.2.3	Correspondência destinada a filhos	320
8.5.3	Excludentes de ilicitude específicas	321
8.5.4	Elemento subjetivo	321
8.5.5	Objetos material e jurídico	322
8.5.6	Classificação	323
8.5.6.1	Classificação dos crimes previstos no § 1.º, inciso I	323
8.5.6.2	Classificação dos crimes previstos no § 1.º, inciso II	323
8.5.7	Figura qualificada	324
8.5.8	Competência	324
8.5.9	Ação pública incondicionada e condicionada	324
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	325
8.6	Quadro-resumo	326
9.	Correspondência comercial	327
9.1	Conceito de correspondência comercial	327
9.2	Estrutura do tipo penal incriminador	327
9.3	Sujeitos ativo e passivo	328
9.4	Elemento subjetivo	328
9.5	Objetos material e jurídico	328
9.6	Classificação	328
9.7	Princípio da insignificância	328
9.8	Ação pública condicionada	328
9.9	Quadro-resumo	329
10.	Divulgação de segredo	329
10.1	Proteção constitucional da divulgação de segredo	329
10.2	Estrutura do tipo penal incriminador	330
10.3	Sujeitos ativo e passivo	331
10.4	Elemento subjetivo	331
10.5	Objetos material e jurídico	331
10.6	Classificação	331
10.7	Divulgação de segredo em figura similar	332
10.7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	332
10.7.2	Sujeitos ativo e passivo	334
10.7.3	Elemento subjetivo	334

10.7.4	Objetos material e jurídico	334
10.7.5	Classificação	334
10.7.6	Ação pública condicionada	335
10.7.7	Ação pública incondicionada	335
10.8	Quadro-resumo	335
11.	Violação do segredo profissional.....	336
11.1	Estrutura do tipo penal incriminador	336
11.2	Sujeitos ativo e passivo	337
11.3	Elemento subjetivo	338
11.4	Objetos material e jurídico.....	338
11.5	Classificação	338
11.6	Ação pública condicionada.....	338
11.7	Quadro-resumo	338
12.	Invasão de dispositivo informático	339
12.1	Bem jurídico mediato e imediato.....	339
12.2	Estrutura do tipo penal incriminador	339
12.2.1	Infiltração de agentes.....	341
12.3	Sujeitos ativo e passivo	342
12.4	Elemento subjetivo.....	342
12.5	Objetos material e jurídico.....	343
12.6	Classificação.....	343
12.7	Figura similar.....	343
12.7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	343
12.7.2	Sujeitos ativo e passivo	344
12.7.3	Elemento subjetivo.....	344
12.7.4	Objetos material e jurídico	344
12.7.5	Classificação	344
12.7.6	Causa de aumento e exaurimento	345
12.7.7	Forma qualificada	345
12.7.8	Causa de aumento e exaurimento sequencial	346
12.7.9	Transmissão de e-mail e suas peculiaridades	346
12.7.10	Causa de aumento em função da vítima	346
12.7.11	Ação penal	347
12.8	Quadro-resumo	347
	<i>Resumo do capítulo.....</i>	349

PARTE 2**CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO**

CAPÍTULO I – Furto	355
1. Proteção constitucional ao patrimônio	355
2. Furto.....	355
2.1 Estrutura do tipo penal incriminador	355
2.2 Sujeitos ativo e passivo	357
2.3 Consumação do furto	357
2.4 Elemento subjetivo.....	360
2.5 Objetos material e jurídico.....	360
2.6 Classificação.....	361
2.7 Particularidades do furto	361
2.7.1 Furto de coisa puramente de estimação	361
2.7.2 Furto de cadáver	362
2.7.3 Furto de coisas abandonadas (<i>res derelicta</i>) não pertencentes a ninguém (<i>res nullius</i>) ou perdidas (<i>res deperdita</i>)	363
2.7.4 Furto de coisas de ínfimo valor e princípio da insignificância	363
2.7.5 Furto de talão de cheques.....	363
2.7.6 Furto de uso	364
2.7.7 Furto em túmulos e sepulturas.....	365
2.7.8 Furto sob vigilância	365
2.7.9 A questão da trombada.....	366
2.7.10 Furto de cartão de crédito e bancário	366
2.7.11 Furto de imagem	367
2.7.12 Furto famélico.....	367
2.8 Causa específica de aumento de pena	367
2.8.1 Repouso noturno.....	369
2.8.2 Condições para a aplicação do aumento.....	369
2.9 Furto privilegiado.....	370
2.9.1 Diferença da insignificância.....	370
2.9.2 Primariedade.....	370
2.9.3 Pequeno valor	371
2.9.4 Aplicação do privilégio à figura qualificada	371
2.10 Aplicação dos §§ 1.º e 2.º concomitantemente	372

2.11	Equiparação a coisa móvel	372
2.11.1	Furto de sinal de TV a cabo e Internet	373
2.11.2	Furto de esperma.....	373
2.12	Furto qualificado.....	373
2.12.1	Destruição ou rompimento da própria coisa furtada ...	374
2.12.1.1	Necessidade do exame de corpo de delito	376
2.12.1.2	Utilização de destruição ou rompimento de obstáculo após a subtração	376
2.12.1.3	Arrombamento externo e interno.....	376
2.12.2	Abuso de confiança	377
2.12.3	Fraude	378
2.12.3.1	Furto com fraude <i>versus</i> estelionato	378
2.12.4	Escalada	379
2.12.4.1	Laudo pericial.....	380
2.12.5	Destreza	380
2.12.6	Chave falsa	381
2.12.7	Concurso de duas ou mais pessoas.....	381
2.12.8	Emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum.....	382
2.12.9	Transporte de veículo para outro Estado ou país.....	382
2.12.9.1	Qualificadora material e condicionada.....	383
2.12.9.2	Interpretação extensiva do termo Estado	384
2.12.9.3	Conhecimento e adesão à qualificadora	384
2.12.10	Subtração de animal domesticável de produção	385
2.12.11	Subtração de substâncias explosivas ou acessórios, que possibilitem sua fabricação, montagem ou emprego.....	386
2.12.12	Preponderância da qualificadora	386
2.13	Quadro-resumo	387
3.	Furto de coisa comum	388
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	388
3.1.1	Furto de sócio contra a sociedade	389
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	389
3.3	Elemento subjetivo	390
3.4	Objetos material e jurídico.....	390
3.5	Classificação	390
3.6	Ação pública condicionada	390

3.7	Causa específica de exclusão da ilicitude	390
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	391
3.8	Quadro-resumo	392
	<i>Resumo do capítulo</i>	392
CAPÍTULO II – Roubo e Extorsão		395
1.	Roubo.....	395
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador	395
1.1.1	Princípio da insignificância	397
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	397
1.3	Elemento subjetivo	398
1.3.1	Roubo de uso	398
1.4	Objetos material e jurídico	398
1.5	Classificação	399
1.6	Particularidades do crime de roubo	399
1.6.1	Roubo contra várias pessoas através de uma ação.....	399
1.6.2	Roubo seguido de resistência.....	399
1.6.3	Roubo e estado de necessidade	399
1.6.4	Trombada	400
1.6.5	Consumação do crime de roubo	400
1.6.6	Veículo com rastreador	401
1.6.7	Concurso de roubo e extorsão.....	401
1.7	Roubo próprio e roubo impróprio	402
1.7.1	Tentativa no roubo impróprio	402
1.8	Causas de aumento da pena	403
1.8.1	Incidência de mais de uma causa de aumento.....	404
1.8.2	Concurso de duas ou mais pessoas.....	404
1.8.2.1	Concurso material entre roubo qualificado e associação criminosa armada.....	405
1.8.2.2	Concurso formal entre roubo e corrupção de menores.....	405
1.8.3	Vítima a serviço de transporte de valores	405
1.8.3.1	Dolo direto	405
1.8.4	Veículo automotor levado a outro Estado ou para o exterior.....	405
1.8.5	Vítima com a liberdade cerceada	406
1.8.6	Subtração de substâncias explosivas ou acessórios.....	406

1.9	Causa de aumento da pena em destaque	407
1.9.1	Conceito de arma	407
1.9.2	Utilização de arma própria e imprópria e sua influência na pena	409
1.9.3	Arma de brinquedo.....	409
1.9.4	Arma defeituosa ou sem munição e a simulação.....	409
1.9.5	Desnecessidade da apreensão da arma e prova da causa de aumento.....	409
1.9.6	Destruição ou rompimento de obstáculo mediante o uso de explosivo ou artefato análogo, que cause perigo comum	410
1.10	Crime qualificado pelo resultado lesões graves	410
1.10.1	Hipóteses quanto ao resultado mais grave.....	411
1.10.2	Crime qualificado pelo resultado morte	411
1.10.3	Aspectos do resultado morte	411
	1.10.3.1 Multiplicidade de vítimas	412
	1.10.3.2 As hipóteses possíveis.....	412
	1.10.3.3 Inviabilidade de aplicação do art. 9.º da Lei 8.072/90.....	412
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	413
1.11	Quadro-resumo.....	413
2.	Extorsão	415
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	415
2.1.1	Flanelinhas e similares.....	416
2.1.2	Alegação de ingresso com ação judicial	417
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	417
2.3	Elemento subjetivo.....	418
2.4	Consumação	418
2.5	Objetos material e jurídico.....	418
2.6	Classificação	419
2.7	Causas de aumento de pena.....	419
2.7.1	Paralelo entre roubo com arma de fogo e extorsão com qualquer arma.....	420
2.8	Crime qualificado pelo resultado lesão grave ou morte (art. 158, § 2.º)	420
2.9	Sequestro relâmpago.....	420
2.9.1	Proporcionalidade das penas.....	421

2.9.2	Tipo remissivo	422
2.9.3	Ausência do rol dos crimes hediondos.....	423
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	427
2.10	Quadro-resumo	427
3.	Extorsão mediante sequestro	428
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	428
3.1.1	Consumação.....	429
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	430
3.3	Elemento subjetivo.....	430
3.4	Objetos material e jurídico	430
3.5	Classificação	430
3.6	Figuras qualificadas	430
3.6.1	Duração superior a 24 horas.....	431
3.6.2	Sequestro de menor de 18 anos.....	431
3.6.3	Sequestro de idoso.....	431
3.6.4	Bando ou quadrilha.....	431
3.7	Fato que dá margem ao resultado qualificador.....	431
3.8	Forma qualificada pelo resultado.....	432
3.9	Inviabilidade de aplicação do art. 9.º da Lei 8.072/90	432
3.10	Delação premiada.....	432
3.10.1	Requisitos da delação premiada	433
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	433
3.11	Quadro-resumo	433
4.	Extorsão indireta	434
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	434
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	436
4.3	Elemento subjetivo	436
4.4	Objetos material e jurídico	436
4.5	Classificação.....	436
4.6	Quadro-resumo	437
	<i>Resumo do capítulo</i>	437
	CAPÍTULO III – Usurpação	439
1.	Proteção constitucional	439
2.	Alteração de limites.....	439
2.1	Sujeitos ativo e passivo.....	440

2.2	Elemento subjetivo	440
2.3	Objetos material e jurídico.....	440
2.4	Classificação	440
2.5	Quadro-resumo	441
3.	Usurpação de águas.....	441
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	441
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	442
3.3	Elemento subjetivo.....	442
3.4	Objetos material e jurídico	442
3.5	Classificação.....	442
3.6	Quadro-resumo	443
4.	Esubulho possessório	443
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	443
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	445
4.3	Elemento subjetivo.....	445
4.4	Objetos material e jurídico	445
4.5	Classificação.....	446
4.6	Concurso com o crime violento.....	446
4.7	Ação pública incondicionada ou privada	446
4.8	Quadro-resumo	446
5.	Supressão ou alteração de marca em animais.....	447
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	447
5.2	Sujeitos ativo e passivo	448
5.3	Elemento subjetivo.....	448
5.4	Objetos material e jurídico.....	448
5.5	Classificação.....	448
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	448
5.6	Quadro-resumo	449
	<i>Resumo do capítulo</i>	449

CAPÍTULO IV – Dano

1.	Dano e proteção constitucional.....	451
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador	451
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	452
1.3	Elemento subjetivo	452
1.4	Objetos material e jurídico	452

1.5	Classificação	452
1.6	Dano qualificado	453
1.6.1	Preso que danifica a cadeia para fugir	454
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	454
1.7	Quadro-resumo	455
2.	Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia	456
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	456
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	456
2.3	Elemento subjetivo.....	456
2.4	Objetos material e jurídico	457
2.5	Classificação.....	457
2.6	Quadro-resumo	457
3.	Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico.....	458
3.1	Revogação deste tipo penal pelo art. 62 da Lei 9.605/98.....	458
3.2	Quadro-resumo	458
4.	Alteração de local especialmente protegido.....	458
4.1	Revogação tácita deste delito, por disciplinar integralmente a matéria nele tratada.....	458
5.	Ação penal	459
5.1	Casos de ação penal privada	459
5.2	Quadro-resumo	459
	<i>Resumo do capítulo</i>	459
	CAPÍTULO V – Apropriação Indébita	461
1.	Apropriação indébita	461
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador	461
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	463
1.3	Elemento subjetivo	463
1.4	Objetos material e jurídico.....	464
1.5	Classificação.....	464
1.6	Reparação do dano.....	465
1.7	Causas de aumento da pena	465
1.8	Apropriação indébita contra idoso	466
1.9	Apropriação indébita de uso.....	467
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	467
1.10	Quadro-resumo	468

2.	Apropriação indébita previdenciária	468
2.1	Fundamento constitucional	468
2.2	Conceito de seguridade social e diferença da previdência social	469
2.3	Estrutura do tipo penal incriminador	470
2.4	Sujeitos ativo e passivo	470
2.5	Elemento subjetivo do tipo	471
2.5.1	Exigência do elemento subjetivo específico (dolo específico)	471
2.6	Diversidade da figura do <i>caput</i> e da prevista no § 1.º.....	472
2.7	Objetos material e jurídico	473
2.8	Classificação	473
2.9	Competência e ação penal.....	474
2.10	Condição objetiva de punibilidade	474
2.11	Não recolhimento de contribuição ou outra importância destinada à previdência social	474
2.11.1	Estrutura do tipo penal incriminador	474
2.11.2	Sujeitos ativo e passivo	475
2.11.3	Elemento subjetivo do tipo	475
2.11.4	Objetos material e jurídico.....	475
2.11.5	Classificação	475
2.12	Não recolhimento de contribuições integrantes de despesas contábeis ou custos relativos a produtos ou serviços	476
2.12.1	Estrutura do tipo penal incriminador, sujeitos ativo e passivo e elemento subjetivo	476
2.12.1.1	Despesas contábeis ou custos relativos à venda de produtos ou à prestação de serviços.....	476
2.12.2	Objetos material e jurídico.....	477
2.12.3	Classificação	477
2.13	Não pagamento de benefício devido a segurado	477
2.13.1	Estrutura do tipo penal incriminador	477
2.13.2	Sujeitos ativo e passivo e elemento subjetivo.....	478
2.13.3	Objetos material e jurídico	478
2.13.4	Classificação.....	478
2.14	Causa de extinção da punibilidade (art. 168-A, § 2.º, do CP).....	478
2.15	Não aplicação do art. 34 da Lei 9.249/95	481
2.16	Parcelamento do débito administrativamente.....	481

2.17	Perdão judicial ou figura privilegiada	482
2.18	Critério para a escolha do juiz	483
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	483
2.19	Quadro-resumo	484
3.	Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza	485
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	485
3.2	Sujeitos ativo e passivo	486
3.3	Elemento subjetivo	486
3.4	Objetos material e jurídico	486
3.5	Classificação	486
3.6	Quadro-resumo	486
4.	Apropriação de tesouro	487
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	487
4.2	Sujeitos ativo e passivo	487
4.3	Elemento subjetivo	488
4.4	Objetos material e jurídico.....	488
4.5	Classificação.....	488
4.6	Quadro-resumo	488
5.	Apropriação de coisa achada.....	489
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	489
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	490
5.3	Elemento subjetivo.....	490
5.4	Objetos material e jurídico.....	490
5.5	Classificação.....	491
5.6	Quadro-resumo	491
6.	Apropriação privilegiada (art. 170 do CP).....	491
	<i>Resumo do capítulo</i>	492
	CAPÍTULO VI – Estelionato e Outras Fraudes	495
1.	Estelionato	495
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador	495
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	498
1.3	Elemento subjetivo.....	499
1.4	Objetos material e jurídico	499
1.5	Classificação	499

1.6	Particularidades do estelionato	499
1.6.1	Crime de bagatela	499
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	499
1.6.2	Trabalho espiritual	500
1.6.3	Mecanismos grosseiros de engodo	501
1.6.4	Esperteza nas atividades comerciais	501
1.6.5	Torpeza bilateral	501
1.6.6	Reparação do dano	503
1.6.7	Estelionato judiciário	504
1.6.8	Estelionato como delito instantâneo de efeitos permanentes ou crime permanente	504
1.7	Estelionato privilegiado (§ 1.º do art. 171).....	505
1.7.1	Faculdade ou obrigação do juiz.....	505
1.8	Quadro-resumo	506
2.	Disposição de coisa alheia como própria	507
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	507
2.2	Sujeitos ativo e passivo	508
2.3	Elemento subjetivo	508
2.4	Objetos material e jurídico	508
2.5	Classificação	508
2.6	Furto e disposição de coisa alheia como própria	508
3.	Alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria	508
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	508
3.2	Sujeitos ativo e passivo	509
3.3	Elemento subjetivo	509
3.4	Objetos material e jurídico	510
3.5	Classificação	510
4.	Defraudação de penhor	510
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	510
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	511
4.3	Elemento subjetivo	511
4.4	Objetos material e jurídico	511
4.5	Classificação	511
5.	Fraude na entrega da coisa	512
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	512
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	512

5.3	Elemento subjetivo.....	512
5.4	Objetos material e jurídico	512
5.5	Classificação	513
6.	Fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro	513
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	513
6.2	Sujeitos ativo e passivo	514
6.3	Elemento subjetivo.....	514
6.4	Objetos material e jurídico	514
6.5	Classificação	514
7.	Fraude no pagamento por meio de cheque.....	515
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	515
7.2	Sujeitos ativo e passivo	516
7.3	Elemento subjetivo.....	516
7.4	Particularidades do estelionato por meio de cheque.....	516
7.4.1	Análise das Súmulas 246 e 554 do Supremo Tribunal Federal.....	516
7.4.2	Cheque pré-datado (pós-datado) ou dado como garantia de pagamento	517
7.4.3	Sustação do cheque	517
7.4.4	Cheque sem fundos emitido para pagar dívida de jogo	517
7.4.5	Cheque sem fundos emitido para pagar atividade de prostituição.....	519
7.4.6	Cheque sem fundos emitido em substituição de outro título de crédito.....	519
7.5	Objetos material e jurídico.....	519
7.6	Classificação	520
8.	Causas de aumento de pena	520
8.1	Princípio da insignificância no estelionato contra entidade pública	520
8.2	Entidade de direito público	521
8.3	Súmula 24 do Superior Tribunal de Justiça	521
8.4	Instituto de economia popular, assistência social ou beneficência	521
8.5	Estelionato contra idoso	521
9.	Duplicata simulada.....	521
9.1	Estrutura do tipo penal incriminador	521
9.1.1	Não correspondência à mercadoria vendida em quantidade ou qualidade ou ao serviço prestado	522

9.1.2	Não pagamento da duplicata é questão puramente civil	523
9.2	Sujeitos ativo e passivo.....	523
9.3	Elemento subjetivo	523
9.4	Objetos material e jurídico.....	523
9.5	Classificação	523
9.6	Figura equiparada (parágrafo único do art. 172).....	524
<i>Jurisprudência selecionada</i>	524
9.7	Quadro-resumo	524
10.	Abuso de incapazes	525
10.1	Estrutura do tipo penal incriminador	525
10.2	Sujeitos ativo e passivo	526
10.3	Elemento subjetivo.....	526
10.4	Objetos material e jurídico	526
10.5	Classificação	526
10.6	Quadro-resumo	527
11.	Induzimento à especulação	527
11.1	Estrutura do tipo penal incriminador	527
11.1.1	Jogo de tampinhas	529
11.2	Sujeitos ativo e passivo	529
11.3	Elemento subjetivo.....	529
11.4	Objetos material e jurídico	530
11.5	Classificação	530
<i>Jurisprudência selecionada</i>	530
11.6	Quadro-resumo	531
12.	Fraude no comércio	531
12.1	Estrutura do tipo penal incriminador	531
12.2	Sujeitos ativo e passivo.....	533
12.3	Elemento subjetivo.....	533
12.4	Objetos material e jurídico	533
12.5	Classificação	533
12.6	Figura privilegiada	533
<i>Jurisprudência selecionada</i>	534
12.7	Quadro-resumo	534
13.	Outras fraudes.....	535
13.1	Estrutura do tipo penal incriminador	535

13.2	Sujeitos ativo e passivo	537
13.3	Elemento subjetivo.....	537
13.4	Objetos material e jurídico	537
13.5	Classificação	537
13.6	Pendura	538
13.7	Ação penal pública condicionada	539
13.8	Perdão judicial	539
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	539
13.9	Quadro-resumo.....	540
14.	Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações.....	541
14.1	Análise do núcleo do tipo	541
14.2	Sujeitos ativo e passivo	542
14.3	Elemento subjetivo.....	542
14.4	Objetos material e jurídico	542
14.5	Classificação	542
15.	Tipos penais subsidiários do art. 177.....	542
15.1	Falsa cotação das ações da sociedade	543
15.1.1	Estrutura do tipo penal incriminador	543
15.1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	543
15.1.3	Elemento subjetivo	543
15.1.4	Objetos material e jurídico	544
15.1.5	Classificação	544
15.2	Falsa cotação das ações ou de outros títulos da sociedade	544
15.2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	544
15.2.2	Sujeitos ativo e passivo	544
15.2.3	Elemento subjetivo.....	544
15.2.4	Objetos material e jurídico	545
15.2.5	Classificação.....	545
15.3	Empréstimo sem autorização	545
15.3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	545
15.3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	545
15.3.3	Elemento subjetivo	545
15.3.4	Objetos material e jurídico	546
15.3.5	Classificação	546

15.4	Compra ou venda de ações por conta da sociedade.....	546
15.4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	546
15.4.2	Sujeitos ativo e passivo	547
15.4.3	Elemento subjetivo.....	547
15.4.4	Objetos material e jurídico	547
15.4.5	Classificação.....	547
15.5	Penhor ou caução de ações da sociedade.....	547
15.5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	547
15.5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	547
15.5.3	Elemento subjetivo.....	548
15.5.4	Objetos material e jurídico.....	548
15.5.5	Classificação.....	548
15.6	Lucros ou dividendos fictícios.....	548
15.6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	548
15.6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	548
15.6.3	Elemento subjetivo.....	548
15.6.4	Objetos material e jurídico.....	549
15.6.5	Classificação.....	549
15.7	Aprovação de contas ou pareceres por meio de fraudes em assembleias	549
15.7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	549
15.7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	549
15.7.3	Elemento subjetivo.....	549
15.7.4	Objetos material ou jurídico	550
15.7.5	Classificação.....	550
15.8	Crimes cometidos pelo liquidante da sociedade.....	550
15.8.1	Estrutura do tipo penal incriminador	550
15.8.2	Sujeitos ativo e passivo.....	550
15.8.3	Tipo penal remetido.....	550
15.9	Falsa informação ao Governo.....	550
15.9.1	Estrutura do tipo penal incriminador	550
15.9.2	Sujeitos ativo e passivo.....	550
15.9.3	Elemento subjetivo.....	551
15.9.4	Objetos material e jurídico	551
15.9.5	Classificação.....	551
15.10	Negociação de votos.....	551
15.10.1	Estrutura do tipo penal incriminador	551

15.10.2	Sujeitos ativo e passivo.....	552
15.10.3	Elemento subjetivo.....	552
15.10.4	Objetos material e jurídico.....	552
15.10.5	Classificação.....	553
15.11	Causa de extinção da punibilidade, prevista em norma especial	553
15.12	Quadro-resumo.....	553
16.	Emissão irregular de conhecimento de depósito ou <i>warrant</i>	554
16.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	554
16.2	Sujeitos ativo e passivo.....	556
16.3	Elemento subjetivo.....	556
16.4	Objetos material e jurídico.....	556
16.5	Classificação.....	557
16.6	Quadro-resumo.....	557
17.	Fraude à execução.....	558
17.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	558
17.2	Sujeitos ativo e passivo.....	559
17.3	Elemento subjetivo.....	559
17.4	Objetos material e jurídico.....	559
17.5	Classificação.....	559
17.6	Ação penal privada.....	559
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	560
17.7	Quadro-resumo.....	560
	<i>Resumo do capítulo</i>	561
CAPÍTULO VII – Receptação		565
1.	Receptação.....	565
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador e aspectos históricos.....	565
1.1.1	Conceito de coisa.....	567
1.1.2	Produto de crime.....	567
1.1.3	Receptação de receptação.....	568
1.1.4	Receptação de coisa insignificante.....	568
1.1.5	Antecedentes históricos.....	568
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	568
1.3	Elemento subjetivo.....	568
1.4	Objetos material e jurídico.....	569
1.5	Classificação.....	570

1.6	Receptação qualificada	571
1.6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	572
1.6.2	Sujeitos ativo e passivo	572
1.6.3	Elemento subjetivo e aplicação da pena	572
1.6.4	Objetos material e jurídico.....	576
1.6.5	Classificação	576
1.7	Norma penal explicativa.....	576
1.8	Receptação culposa	576
1.8.1	Estrutura do tipo penal incriminador	576
1.8.2	Sujeitos ativo e passivo.....	577
1.8.3	Objetos material e jurídico.....	577
1.8.4	Natureza do objeto ou desproporção entre o valor e o preço	577
1.8.5	Condição de quem a oferece	578
1.8.6	Deve presumir-se.....	578
1.8.7	Classificação.....	578
1.9	Receptação punível autonomamente	579
1.10	Autor de crime	579
1.11	Perdão judicial	582
1.12	Figura privilegiada (§ 5.º).....	582
1.13	Tipo qualificado	583
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	583
1.14	Quadro-resumo	584
2.	Receptação de animal	585
2.1	Estrutura do tipo incriminador.....	585
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	585
2.3	Elemento subjetivo.....	586
2.4	Objetos material e jurídico.....	586
2.5	Classificação	587
2.6	Quadro-resumo	587
	<i>Resumo do capítulo</i>	588

CAPÍTULO VIII – Imunidades

1.	Imunidade penal absoluta ou impunibilidade absoluta	589
1.1	Impossibilidade de instauração de inquérito policial	590
1.2	Crimes que admitem a incidência da imunidade penal absoluta.....	590

1.3	Erro quanto à propriedade do objeto material	590
1.4	Cônjuge na constância da sociedade conjugal (art. 181, I, do CP)....	592
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	592
1.5	Delito cometido durante o noivado, com posterior casamento	593
1.6	Crime cometido durante casamento depois constatado nulo	593
1.7	Ascendente e descendente (art. 181, II, do CP)	593
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	594
1.8	Prova do parentesco	594
1.9	Crime de ação pública condicionada	594
1.10	Erro quanto à propriedade do objeto material	595
1.11	Cônjuge separado judicialmente (art. 182, I, do CP)	595
1.12	Irmãos, legítimos ou ilegítimos (art. 182, II, do CP)	595
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	595
1.13	Tio ou sobrinho, havendo coabitação (art. 182, III, do CP)	596
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	596
1.14	Afastamento das imunidades (art. 183 do CP)	596
1.14.1	Roubo, extorsão ou qualquer crime em que haja violên- cia ou grave ameaça.....	596
1.14.2	Estranho que participa do crime.....	597
1.14.3	Idoso.....	597
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	597
	<i>Resumo do capítulo</i>	598

PARTE 3

CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL

CAPÍTULO I – Crimes contra a Propriedade Intelectual	601
1. Proteção constitucional	601
2. Violação de direito autoral	602
2.1 Direitos de autor	602
2.1.1 Direitos conexos aos de autor	602
2.2 Estrutura do tipo penal incriminador	603
2.3 Sujeitos ativo e passivo.....	605
2.4 Elemento subjetivo	605
2.5 Excludentes de tipicidade.....	605
2.6 Excludentes supralegais de tipicidade	606
<i>Jurisprudência selecionada</i>	607

2.7	Objetos material e jurídico	607
2.8	Classificação	608
2.9	Materialidade do crime	608
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	609
2.10	Elementos da figura qualificada	609
2.11	Elemento subjetivo específico da qualificadora	610
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	610
2.12	Meio ou processo de execução	611
2.13	Fonograma ou videofonograma	611
2.14	Autor, artista intérprete ou executante e produtor	612
2.15	Observação sobre a multa	612
2.16	A qualificadora e a pena mínima	612
2.17	Comercialização do produto	613
2.18	Sujeitos ativo e passivo.....	614
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	614
2.19	Elemento subjetivo específico	614
2.20	Confronto entre violação de direitos autorais e descaminho	614
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	615
2.21	Classificação.....	615
2.22	Violação do direito de autor por outros meios (cabos, fibra ótica, satélite, ondas)	615
2.22.1	Determinação para a destruição da produção ou reprodução criminosa	616
2.23	Crime de violação de direito do autor de programas produzidos para computador (<i>softwares</i>)	617
2.24	Exceções ou limitações ao direito de autor	618
2.25	Quadro-resumo	618
3.	Ação penal	619
3.1	Ação penal privada (art. 186, I, do CP).....	619
3.2	Ação pública incondicionada quando houver intuito de lucro (art. 186, II, do CP)	620
3.3	Ação pública condicionada à representação (art. 186, IV, do CP).....	620
3.4	Facilitação do procedimento	620
3.5	Proteção especial às entidades de direito público (art. 186, III, do CP).....	621
	<i>Resumo do capítulo</i>	621

PARTE 4**CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO**

CAPÍTULO I – Crimes contra a Organização do Trabalho.....	625
1. Proteção constitucional	625
<i>Jurisprudência selecionada</i>	625
2. Crítica ao título <i>organização do trabalho</i>	626
3. Atentado contra a liberdade de trabalho.....	626
3.1 Estrutura do tipo penal incriminador	626
3.2 Sujeitos ativo e passivo	628
3.3 Elemento subjetivo.....	629
3.4 Objetos material e jurídico	629
3.5 Classificação	629
3.6 Competência.....	629
<i>Jurisprudência selecionada</i>	629
3.7 Quadro-resumo.....	630
4. Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta.....	631
4.1 Estrutura do tipo penal incriminador	631
4.2 Sujeitos ativo e passivo	632
4.3 Elemento subjetivo.....	632
4.4 Objetos material e jurídico	632
4.5 Classificação.....	632
4.6 Competência	633
4.7 Quadro-resumo.....	633
5. Atentado contra a liberdade de associação	633
5.1 Estrutura do tipo penal incriminador	633
5.2 Sujeitos ativo e passivo	634
5.3 Elemento subjetivo.....	634
5.4 Objetos material e jurídico	634
5.5 Classificação.....	634
5.6 Competência	635
5.7 Quadro-resumo.....	635
6. Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem	636
6.1 Estrutura do tipo penal incriminador	636

6.2	Sujeitos ativo e passivo	636
6.3	Elemento subjetivo.....	637
6.4	Objetos material e jurídico	637
6.5	Classificação	637
6.6	Competência	637
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	637
6.7	Quadro-resumo	638
7.	Paralisação de trabalho de interesse coletivo	638
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	638
7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	639
7.3	Elemento subjetivo.....	640
7.4	Objetos material e jurídico	640
7.5	Classificação	640
7.6	Competência	640
7.7	Quadro-resumo	640
8.	Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem.....	641
8.1	Estrutura do tipo penal incriminador	641
8.2	Sujeitos ativo e passivo	641
8.3	Elemento subjetivo.....	641
8.4	Objetos material e jurídico	642
8.5	Classificação.....	642
8.6	Competência	642
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	642
8.7	Quadro-resumo	642
9.	Frustração de direito assegurado por lei trabalhista.....	643
9.1	Estrutura do tipo penal incriminador	643
9.2	Sujeitos ativo e passivo.....	644
9.3	Elemento subjetivo.....	644
9.4	Objetos material e jurídico	644
9.5	Classificação.....	645
9.6	Competência	645
9.7	Causa de aumento	645
9.8	Quadro-resumo	648
10.	Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho.....	649
10.1	Estrutura do tipo penal incriminador	649

10.2	Sujeitos ativo e passivo	651
10.3	Elemento subjetivo	651
10.4	Objetos material e jurídico	651
10.5	Classificação	651
10.6	Competência	651
10.7	Quadro-resumo	651
11.	Exercício de atividade com infração de decisão administrativa	652
11.1	Estrutura do tipo penal incriminador	652
11.2	Sujeitos ativo e passivo	652
11.3	Elemento subjetivo	653
11.4	Objetos material e jurídico	653
11.5	Classificação	653
11.6	Competência	653
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	653
11.7	Quadro-resumo	653
12.	Aliciamento para o fim de emigração	654
12.1	Estrutura do tipo penal incriminador	654
12.2	Sujeitos ativo e passivo	655
12.3	Elemento subjetivo	655
12.4	Objetos material e jurídico	655
12.5	Classificação	655
12.6	Competência	655
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	655
12.7	Quadro-resumo	656
13.	Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional	657
13.1	Estrutura do tipo penal incriminador	657
13.2	Sujeitos ativo e passivo	657
13.3	Elemento subjetivo	657
13.4	Objetos material e jurídico	657
13.5	Classificação	657
13.6	Competência	657
13.7	Figura equiparada	658
13.8	Classificação	658
13.9	Causa de aumento da pena (art. 207, § 2.º, do CP)	658
13.10	Quadro-resumo	658
	<i>Resumo do capítulo</i>	659

PARTE 5**CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO E
CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS**

CAPÍTULO I – Crimes contra o Sentimento Religioso	665
1. Proteção constitucional	665
2. Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo	665
2.1 Estrutura do tipo penal incriminador	665
2.2 Sujeitos ativo e passivo	666
2.3 Elemento subjetivo do tipo	667
2.4 Objetos material e jurídico.....	667
2.5 Classificação.....	668
2.6 Causa de aumento (art. 208, parágrafo único)	669
2.7 Sistema da acumulação material	669
<i>Resumo do capítulo.....</i>	<i>669</i>
 CAPÍTULO II – Crimes contra o Respeito aos Mortos.....	 671
1. Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária.....	671
1.1 Estrutura do tipo penal incriminador	671
1.2 Sujeitos ativo e passivo.....	672
1.3 Elemento subjetivo do tipo	672
1.4 Objetos material e jurídico	672
1.5 Classificação.....	672
1.6 Causa de aumento	672
1.7 Sistema da acumulação material	673
1.8 Quadro-resumo	673
2. Violação de sepultura.....	673
2.1 Estrutura do tipo penal incriminador	673
2.2 Sujeitos ativo e passivo.....	674
2.3 Elemento subjetivo	674
2.4 Objetos material e jurídico	674
2.5 Classificação	674
2.6 Violação com a finalidade de furtar.....	675
2.7 Quadro-resumo	675

3.	Destruição, subtração ou ocultação de cadáver	675
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	675
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	676
3.3	Elemento subjetivo do tipo	676
3.4	Erro de proibição	676
3.5	Objetos material e jurídico	676
3.6	Classificação.....	677
3.7	Confronto com a autodefesa.....	677
	<i>Jurisprudência selecionada</i>	677
3.8	Quadro-resumo	678
4.	Vilipêndio a cadáver.....	678
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	678
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	679
4.3	Elemento subjetivo do tipo	679
4.4	Objetos material e jurídico.....	679
4.5	Classificação	679
4.6	Quadro-resumo	679
	<i>Resumo do capítulo</i>	680
	Referências Bibliográficas	683
	Obras do Autor	723

Guilherme de Souza Nucci

Curso de Direito Penal

vol. 3

Parte Especial
Arts. 213 a 361 do Código Penal

3.^a edição

revista, atualizada
e ampliada



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2019 by
EDITORA FORENSE LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896
faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).
- Capa: Danilo Oliveira
- Data de fechamento: 23.10.2018
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

N876c

Nucci, Guilherme de Souza

Curso de direito penal: parte especial: arts. 213 a 361 do código penal / Guilherme de Souza Nucci. – 3. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2019.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-8250-8

1. Direito penal - Brasil. I. Título.

18-51808

CDU: 343(81)

Sumário

PARTE 1

CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

Capítulo I – Crimes contra a Liberdade Sexual	3
1. Crimes contra a dignidade sexual.....	3
1.1 Instinto sexual.....	5
2. Estupro.....	7
2.1 Crime hediondo.....	7
2.2 Estrutura do tipo penal incriminador.....	8
2.3 Estupro como crime único de condutas alternativas.....	9
2.4 Sujeitos ativo e passivo.....	14
2.5 Elemento subjetivo.....	15
2.6 Particularidades do crime de estupro.....	16
2.6.1 Estupro de prostituta.....	16
2.6.2 O cônjuge como sujeito ativo.....	18
2.6.3 Dificuldade de prova do estupro cometido pelo cônjuge ...	20
2.6.4 Participação e coautoria.....	20
2.6.5 Autoria mediata.....	20
2.6.6 Concurso de pessoas a distância.....	20
2.6.7 Conjunção carnal.....	20
2.6.8 Ato libidinoso e o beijo lascivo.....	21

2.6.9	Consumação.....	21
2.6.10	Estupro por inseminação artificial.....	22
2.6.11	Impotência sexual e estupro.....	23
2.6.12	Violência exercida contra pessoa diversa da vítima.....	25
2.6.13	Violência exercida contra coisa	25
2.6.14	(In)justiça da ameaça	26
2.6.15	Grau de resistência da vítima.....	27
2.6.16	Duração do dissenso da vítima.....	28
2.6.17	Concurso com o atentado violento ao pudor	29
2.6.18	Exame de corpo de delito	29
2.6.19	Ausência de lesões à vítima.....	30
2.6.20	Condenação por estupro baseada na palavra da vítima...	31
2.6.21	Apoio à vítima de violência sexual.....	32
2.6.22	Declarações de crianças e adolescentes	32
2.7	Causa de aumento de pena trazida pela Lei dos Crimes Hediondos...	33
2.8	Estupro e importunação sexual	34
2.8.1	Aproveitamento de situação em local apertado ou lotado...	34
2.9	Distinção entre estupro e constrangimento ilegal.....	34
2.10	Concurso de crimes no contexto do estupro.....	34
2.11	Objetos material e jurídico.....	35
2.12	Classificação	35
2.13	Crime qualificado pelo resultado lesão grave.....	36
2.14	Aplicação fiel do art. 19 do Código Penal (dolo e culpa no resultado)	36
2.15	Qualificadora	38
2.16	Crime qualificado pelo resultado morte	38
2.17	Quadro-resumo	39
3.	Violação sexual mediante fraude.....	40
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	40
3.1.1	Confusão com o art. 217-A e cautela na aplicação do art. 215	41
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	42
3.3	Elemento subjetivo.....	42
3.4	Objetos material e jurídico.....	42
3.5	Classificação.....	43
3.6	Aplicação da multa.....	43
3.7	Quadro-resumo	44
4.	Importunação sexual.....	44
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	44
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	45
4.3	Elemento subjetivo.....	46
4.4	Objetos material e jurídico.....	46

4.5	Classificação.....	46
4.6	Quadro-resumo.....	46
5.	Assédio sexual.....	47
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	47
5.1.1	Crítica à figura penal.....	50
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	52
5.3	Elemento subjetivo.....	52
5.4	Seriedade da ameaça.....	52
5.5	Injustiça da ameaça.....	53
5.6	Objetos material e jurídico.....	53
5.7	Classificação.....	53
5.8	Particularidades do crime de assédio sexual.....	54
5.8.1	Relação entre docente e aluno.....	54
5.8.2	Relação entre ministro religioso e fiel.....	54
5.8.3	Relação entre patrão e empregada doméstica.....	54
5.8.4	Paixão do agente pela vítima.....	55
5.9	Causas de aumento da pena.....	55
5.10	Veto ao parágrafo único.....	56
5.11	Causa específica de aumento de pena.....	57
5.11.1	Aumento de até um terço.....	57
5.12	Quadro-resumo.....	58
	Resumo do capítulo.....	59

Capítulo II – Crimes Sexuais contra Vulnerável..... 61

1.	Estupro de vulnerável.....	61
1.1	Vulnerabilidade.....	61
1.1.1	Crime hediondo.....	62
1.2	Vulnerabilidade absoluta e vulnerabilidade relativa.....	63
1.3	Precedente jurisprudencial sobre presunção de violência.....	67
1.4	Estrutura do tipo penal incriminador.....	69
1.4.1	Erro de tipo.....	70
1.4.2	União estável da ofendida com o agressor.....	71
1.4.3	Pedofilia.....	71
1.5	Sujeitos ativo e passivo.....	72
1.6	Elemento subjetivo.....	72
1.7	Objetos material e jurídico.....	72
1.8	Classificação.....	73
1.9	Outras pessoas vulneráveis.....	73
1.10	Conflito aparente de normas.....	74
1.11	Enfoque especial para a pessoa incapaz de oferecer resistência..	75
1.12	Crime qualificado pelo resultado lesão grave.....	75

1.13	Crime qualificado pelo resultado morte	75
1.14	Erro de tipo e erro de proibição	75
1.15	Lei mais gravosa e retroatividade benéfica	76
1.16	Infiltração de agentes	76
1.17	Quadro-resumo	78
2.	Estupro de vulnerável por indução	79
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	79
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	80
2.3	Elemento subjetivo.....	80
2.4	Objetos material e jurídico.....	80
2.5	Classificação.....	80
2.6	Corrupção de menores.....	80
2.7	Quadro-resumo.....	81
3.	Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente....	82
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	82
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	83
3.3	Elemento subjetivo.....	83
3.4	Objetos material e jurídico.....	83
3.5	Classificação.....	83
3.6	Distinção com o delito previsto no art. 241-D da Lei 8.069/90....	83
3.7	Quadro-resumo	84
4.	Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.....	84
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	84
4.1.1	Exploração sexual.....	85
4.1.2	Confronto com o art. 244-A do Estatuto da Criança e do Adolescente.....	86
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	87
4.3	Elemento subjetivo.....	87
4.4	Objetos material e jurídico.....	87
4.5	Classificação.....	87
4.6	Finalidade de obtenção de vantagem econômica.....	88
4.7	Participe do favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual	88
4.8	Outra possibilidade de participação do favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual	89
4.9	Efeito da condenação	89
4.10	Quadro-resumo	90
5.	Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia	91
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	91
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	92

5.3	Elemento subjetivo.....	92
5.4	Objetos material e jurídico.....	92
5.5	Classificação.....	92
5.6	Causa de aumento.....	93
5.7	Exclusão da ilicitude.....	93
5.8	Quadro-resumo.....	94
	Resumo do capítulo.....	95
Capítulo III – Ação Penal e Aumento de Pena.....		97
1.	Ação penal.....	97
1.1	Ação penal pública.....	97
1.2	A Súmula 608 do STF.....	98
2.	Aumento de pena.....	98
	Resumo do capítulo.....	99
Capítulo IV – Lenocínio e Tráfico de Pessoa para Prostituição ou Outra Forma de Exploração Sexual.....		101
1.	Conceito de lenocínio e sua decadência como controle moral.....	101
2.	Mediação para servir a lascívia de outrem.....	102
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	102
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	103
2.3	Elemento subjetivo.....	103
2.4	Objetos material e jurídico.....	104
2.5	Classificação.....	104
2.6	Figura qualificada do § 1.º.....	104
2.7	Figura qualificada pelo emprego de violência, grave ameaça ou fraude do § 2.º.....	104
2.8	Finalidade de lucro.....	105
2.9	Quadro-resumo.....	105
3.	Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual... 3.1 Estrutura do tipo penal incriminador.....	106
3.1.1	Prostituição.....	107
3.1.2	Exploração sexual.....	108
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	108
3.3	Elemento subjetivo.....	109
3.4	Objetos material e jurídico.....	109
3.5	Classificação.....	109
3.6	Pena pecuniária.....	110
3.7	Figura qualificada do § 1.º.....	110
3.8	Figura qualificada pelo emprego de violência, grave ameaça, fraude ou meio similar do § 2.º.....	110
3.9	Quadro-resumo.....	111

4.	Local de exploração sexual.....	112
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	112
4.1.1	Prostituição e exploração sexual	115
4.1.2	Estabelecimento em que ocorra exploração sexual	116
4.1.3	Ofensa ao princípio constitucional da intervenção mínima	117
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	117
4.2.1	Diferença entre proxeneta e rufião	118
4.3	Elemento subjetivo.....	118
4.4	Objetos material e jurídico.....	118
4.4.1	Casas de massagem, motéis, hotéis de alta rotatividade, saunas, bares ou cafés, drive-in, boates, casas de relaxamento (relax for men).....	119
4.5	Classificação.....	119
4.5.1	Conflito entre habitualidade e permanência e inviabilidade da prisão em flagrante.....	119
4.6	Quadro-resumo	124
5.	Rufianismo	125
5.1	Conceito de rufianismo.....	125
5.2	Estrutura do tipo penal incriminador	125
5.3	Sujeitos ativo e passivo.....	126
5.4	Elemento subjetivo.....	126
5.5	Objetos material e jurídico.....	126
5.6	Classificação.....	126
5.7	Figura qualificada por conta da vítima ou do agente do § 1.º.....	127
5.8	Figura qualificada por conta do meio empregado do § 2.º.....	127
5.9	Quadro-resumo	128
6.	Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual.....	128
7.	Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual	129
8.	Promoção de migração ilegal.....	129
8.1	Aspectos gerais	129
8.2	Estrutura do tipo penal incriminador	129
8.3	Sujeitos ativo e passivo.....	130
8.4	Elemento subjetivo.....	130
8.5	Objetos material e jurídico.....	130
8.6	Classificação.....	131
8.7	Causas de aumento de pena.....	131
8.8	Sistema da acumulação material	131
8.9	Quadro-resumo	132
	Resumo do capítulo	133

Capítulo V – Ultraje Público ao Pudor.....	135
1. Conceito de ultraje público ao pudor	135
2. Ato obsceno.....	137
2.1 Estrutura do tipo penal incriminador	137
2.2 Sujeitos ativo e passivo.....	138
2.3 Elemento subjetivo.....	138
2.4 Objetos material e jurídico.....	139
2.5 Classificação.....	139
2.6 Crime impossível.....	139
2.7 A questão do beijo lascivo.....	140
2.8 Quadro-resumo	142
3. Escrito ou objeto obsceno	142
3.1 Estrutura do tipo penal incriminador	142
3.2 Sujeitos ativo e passivo.....	143
3.3 Elemento subjetivo.....	143
3.4 Objetos material e jurídico.....	143
3.5 Inconstitucionalidade do art. 234.....	143
3.6 Classificação.....	145
3.7 Figuras equiparadas do parágrafo único	145
3.7.1 Venda, distribuição ou exposição de objeto obsceno....	145
3.7.1.1 Estrutura do tipo penal incriminador.....	145
3.7.1.2 Sujeitos ativo e passivo	146
3.7.1.3 Elemento subjetivo	146
3.7.1.4 Objetos material e jurídico	146
3.7.1.5 Classificação	146
3.7.2 Representação teatral ou exibição cinematográfica de caráter obsceno	146
3.7.2.1 Estrutura do tipo penal incriminador.....	146
3.7.2.2 Sujeitos ativo e passivo	146
3.7.2.3 Elemento subjetivo	147
3.7.2.4 Objetos material e jurídico	147
3.7.2.5 Classificação	147
3.7.3 Audição ou recitação de caráter obsceno	147
3.7.3.1 Estrutura do tipo incriminador	147
3.7.3.2 Sujeitos ativo e passivo	147
3.7.3.3 Elemento subjetivo	147
3.7.3.4 Objetos material e jurídico	147
3.7.3.5 Classificação	148
3.8 Quadro-resumo.....	148
Resumo do capítulo	149

Capítulo VI – Causas de Aumento e Segredo de Justiça	151
1. Causa de aumento de pena em razão de gravidez.....	151
2. Causa de aumento em face de doença sexualmente transmissível	152
3. Segredo de justiça	152

PARTE 2

CRIMES CONTRA A FAMÍLIA

Capítulo I – Crimes contra o Casamento	155
1. Proteção constitucional	155
2. Bigamia	156
2.1 Conceito de bigamia	156
2.2 Estrutura do tipo penal incriminador	156
2.2.1 Exceção pluralística à teoria monística	157
2.3 Sujeitos ativo e passivo.....	157
2.4 Elemento subjetivo.....	157
2.5 Objetos material e jurídico.....	158
2.6 Classificação.....	158
2.7 Prescrição	159
2.8 Concurso de crimes	159
2.9 Bigamia e erro de proibição	159
2.10 Pena alternativa	159
2.11 Concurso de pessoas.....	160
2.12 Causa específica de exclusão da tipicidade	160
2.13 Princípio da intervenção mínima	160
2.14 Quadro-resumo	161
3. Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento.....	162
3.1 Estrutura do tipo penal incriminador	162
3.2 Sujeitos ativo e passivo.....	162
3.3 Elemento subjetivo.....	162
3.4 Erro essencial	162
3.5 Impedimento matrimonial	163
3.6 Objetos material e jurídico.....	163
3.7 Classificação.....	163
3.8 Ação penal privada personalíssima	164
3.9 Condição de procedibilidade e objetiva de punibilidade.....	164
3.10 Quadro-resumo	164
4. Conhecimento prévio de impedimento	165
4.1 Estrutura do tipo penal incriminador	165
4.2 Sujeitos ativo e passivo.....	166
4.3 Elemento subjetivo.....	166

4.4	Impedimento que lhe cause a nulidade absoluta	166
4.5	Objetos material e jurídico.....	166
4.6	Classificação.....	166
4.7	Quadro-resumo	167
5.	Simulação de autoridade para celebração de casamento	167
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	167
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	168
5.3	Elemento subjetivo.....	168
5.4	Objetos material e jurídico.....	169
5.5	Classificação.....	169
5.6	Quadro-resumo	169
6.	Simulação de casamento.....	170
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	170
6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	170
6.3	Elemento subjetivo.....	170
6.4	Objetos material e jurídico.....	170
6.5	Classificação.....	171
6.6	Quadro-resumo	171
	Resumo do capítulo	172
	Capítulo II – Crimes contra o Estado de Filiação	175
1.	Registro de nascimento inexistente.....	175
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador	175
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	175
1.3	Elemento subjetivo.....	176
1.4	Objetos material e jurídico.....	176
1.5	Classificação.....	176
1.6	Prescrição	176
1.7	Quadro-resumo	176
2.	Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido.....	177
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	177
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	179
2.3	Elemento subjetivo.....	179
2.4	Objetos material e jurídico.....	179
2.5	Classificação.....	179
2.6	Figura privilegiada ou perdão judicial.....	179
2.7	Prescrição	180
2.8	Quadro-resumo	181
3.	Sonegação de estado de filiação.....	181
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	181

3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	182
3.3	Elemento subjetivo.....	182
3.4	Objetos material e jurídico.....	182
3.5	Classificação.....	182
3.6	Quadro-resumo.....	182
	Resumo do capítulo.....	183
Capítulo III – Crimes contra a Assistência Familiar.....		185
1.	Proteção constitucional.....	185
2.	Abandono material.....	185
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	185
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	188
2.3	Elemento subjetivo.....	188
2.4	Objetos material e jurídico.....	188
2.5	Classificação.....	188
2.6	Pena de multa fixada em salário mínimo.....	189
2.7	Figura equiparada.....	189
2.7.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	189
2.7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	189
2.7.3	Qualquer modo.....	189
2.7.4	Abandono injustificado de emprego ou função.....	189
2.8	Quadro-resumo.....	190
3.	Entrega de filho menor a pessoa inidônea.....	191
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	191
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	192
3.3	Elemento subjetivo.....	192
3.4	Objetos material e jurídico.....	193
3.5	Classificação.....	193
3.6	Confronto com o art. 238 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).....	193
3.7.	Figuras qualificadas.....	194
3.7.1	Elemento subjetivo.....	194
3.7.2	Classificação.....	194
3.7.3	Confronto com o art. 239 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).....	194
3.8	Quadro-resumo.....	195
4.	Abandono intelectual.....	195
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	195
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	196
4.3	Elemento subjetivo.....	196
4.4	Objetos material e jurídico.....	196

4.5	Classificação.....	196
4.6	Quadro-resumo.....	197
5.	Abandono moral.....	197
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	197
5.2	Critério da especialidade.....	198
5.3	Sujeitos ativo e passivo.....	199
5.4	Elemento subjetivo.....	199
5.5	Objetos material e jurídico.....	199
5.6	Classificação.....	199
5.7	Quadro-resumo.....	200
	Resumo do capítulo.....	200
Capítulo IV – Crimes contra o Pátrio Poder, Tutela ou Curatela.....		203
1.	Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes.....	203
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	203
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	204
1.3	Elemento subjetivo.....	204
1.4	Objetos material e jurídico.....	204
1.5	Classificação.....	205
1.6	Quadro-resumo.....	205
2.	Subtração de incapazes.....	206
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	206
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	207
2.3	Elemento subjetivo.....	207
2.4	Objetos material e jurídico.....	207
2.5	Classificação.....	207
2.6	Confronto com o art. 237 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).....	207
2.7	Norma explicativa.....	208
2.8	Perdão judicial.....	208
2.9	Quadro-resumo.....	209
	Resumo do capítulo.....	209

PARTE 3

CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA

Capítulo I – Crimes de Perigo Comum.....		213
1.	Incêndio.....	213
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	213
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	215

1.2.1	Concurso de pessoas.....	215
1.3	Elemento subjetivo.....	216
1.4	Objetos material e jurídico.....	216
1.5	Classificação.....	216
1.6	Exame pericial.....	216
1.7	Concurso de crimes.....	217
1.8	Causas de aumento da pena.....	217
1.8.1	Finalidade específica.....	217
1.8.2	Razão do aumento no caso das hipóteses previstas no inciso II.....	218
1.8.2.1	Casa habitada ou destinada a habitação.....	218
1.8.2.2	Edifício público ou destinado ao público.....	218
1.8.2.3	Embarcação, aeronave, comboio ou veículo de transporte coletivo.....	218
1.8.2.4	Estação ferroviária ou aeródromo.....	218
1.8.2.5	Estaleiro, fábrica ou oficina.....	219
1.8.2.6	Depósito de explosivo, combustível ou inflamável.....	219
1.8.2.7	Poço petrolífero ou galeria de mineração.....	219
1.8.2.8	Lavoura, pastagem, mata ou floresta.....	219
1.9	Figura culposa.....	219
1.10	Queimada.....	219
1.11	Quadro-resumo.....	220
2.	Explosão.....	221
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	221
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	222
2.3	Elemento subjetivo.....	222
2.4	Objetos material e jurídico.....	222
2.5	Classificação.....	223
2.6	Tipo privilegiado.....	223
2.7	Causa de aumento.....	223
2.8	Figura culposa.....	223
2.9	Quadro-resumo.....	224
3.	Uso de gás tóxico ou asfixiante.....	225
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	225
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	225
3.3	Elemento subjetivo.....	226
3.4	Objetos material e jurídico.....	226
3.5	Classificação.....	226
3.6	Tipo culposos.....	226
3.7	Quadro-resumo.....	226

4.	Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfixiante	227
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	227
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	228
4.3	Elemento subjetivo.....	228
4.4	Objetos material e jurídico.....	228
4.5	Classificação.....	228
4.6	Quadro-resumo	229
5.	Inundação	229
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	229
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	230
5.3	Elemento subjetivo.....	230
5.4	Objetos material e jurídico.....	231
5.5	Classificação.....	231
5.6	Quadro-resumo	231
6.	Perigo de inundação.....	232
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	232
6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	232
6.3	Elemento subjetivo.....	232
6.4	Objetos material e jurídico.....	232
6.5	Classificação.....	233
6.6	Quadro-resumo	233
7.	Desabamento ou desmoronamento	233
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	233
7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	234
7.3	Elemento subjetivo.....	234
7.3.1	Concurso de crimes pela alteração do elemento subjetivo.....	234
7.4	Objetos material e jurídico.....	235
7.5	Classificação.....	235
7.6	Figura culposa.....	235
7.7	Quadro-resumo	235
8.	Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento.....	236
8.1	Estrutura do tipo penal incriminador	236
8.2	Sujeitos ativo e passivo.....	237
8.3	Elemento subjetivo.....	237
8.4	Objetos material e jurídico.....	237
8.5	Classificação.....	237
8.6	Quadro-resumo	237
9.	Formas qualificadas de crime de perigo comum	238
9.1	Quadro-resumo	239

10. Difusão de doença ou praga.....	239
10.1 Confronto com o art. 61 da Lei 9.605/98.....	239
10.2 Quadro-resumo.....	239
Resumo do capítulo.....	240

Capítulo II – Crimes contra a Segurança dos Meios de Comunicação e Transporte e Outros Serviços Públicos.....	243
1. Perigo de desastre ferroviário.....	243
1.1 Estrutura do tipo penal incriminador.....	243
1.2 Sujeitos ativo e passivo.....	245
1.3 Elemento subjetivo.....	245
1.4 Objetos material e jurídico.....	245
1.5 Classificação.....	245
1.6 Concurso com furto.....	246
1.7 Crime qualificado pelo resultado do § 1.º.....	246
1.8 Crime qualificado pelo resultado, com culpa, do § 2.º.....	246
1.9 Quadro-resumo.....	247
2. Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo.....	248
2.1 Estrutura do tipo penal incriminador.....	248
2.1.1 Itens prejudiciais à navegação aérea.....	249
2.2 Sujeitos ativo e passivo.....	250
2.3 Elemento subjetivo.....	250
2.4 Objetos material e jurídico.....	250
2.5 Classificação.....	250
2.6 Crime qualificado pelo resultado do § 1.º.....	250
2.7 Figura qualificada do § 2.º.....	251
2.8 Crime qualificado pelo resultado do § 3.º.....	251
2.9 Quadro-resumo.....	251
3. Atentado contra a segurança de outro meio de transporte.....	252
3.1 Estrutura do tipo penal incriminador.....	252
3.2 Sujeitos ativo e passivo.....	252
3.3 Elemento subjetivo.....	252
3.4 Objetos material e jurídico.....	253
3.5 Classificação.....	253
3.6 Crime qualificado pelo resultado do § 1.º.....	253
3.7 Crime qualificado pelo resultado do § 2.º.....	253
3.8 Quadro-resumo.....	253
4. Forma qualificada remetida.....	254
4.1 Quadro-resumo.....	254
5. Arremesso de projétil.....	254
5.1 Estrutura do tipo penal incriminador.....	254

5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	255
5.3	Elemento subjetivo.....	255
5.4	Objetos material e jurídico.....	255
5.5	Classificação.....	256
5.6	Crime qualificado pelo resultado do parágrafo único	256
5.7	Quadro-resumo	257
6.	Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública	257
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	257
6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	258
6.3	Elemento subjetivo.....	258
6.4	Objetos material e jurídico.....	258
6.5	Classificação.....	258
6.6	Crime qualificado pelo resultado.....	259
6.7	Quadro-resumo	259
7.	Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública	260
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	260
7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	261
7.3	Elemento subjetivo.....	261
7.4	Objetos material e jurídico.....	261
7.5	Classificação.....	261
7.6	Figura similar do § 1.º.....	261
7.6.1	Sujeitos ativo e passivo.....	262
7.6.2	Elemento subjetivo.....	262
7.6.3	Objetos material e jurídico.....	262
7.6.4	Classificação.....	262
7.6.5	Figura qualificada do § 2.º.....	262
7.7	Quadro-resumo	263
	Resumo do capítulo	264
Capítulo III – Crimes contra a Saúde Pública		267
1.	Epidemia.....	267
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador	267
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	268
1.3	Elemento subjetivo.....	268
1.4	Objetos material e jurídico.....	268
1.5	Classificação.....	268
1.6	Crime qualificado pelo resultado do § 1.º.....	270
1.7	Forma culposa e qualificada pelo resultado	270
1.8	Quadro-resumo	270
2.	Infração de medida sanitária preventiva	271

2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	271
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	272
2.3	Elemento subjetivo.....	272
2.4	Objetos material e jurídico.....	272
2.5	Classificação.....	272
2.6	Causa de aumento da pena do parágrafo único.....	272
2.7	Quadro-resumo.....	273
3.	Omissão de notificação de doença.....	273
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	273
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	274
3.3	Elemento subjetivo.....	274
3.4	Objetos material e jurídico.....	274
3.5	Classificação.....	275
3.6	Quadro-resumo.....	275
4.	Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal.....	275
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	275
4.1.1	Desproporcionalidade da pena.....	276
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	277
4.3	Elemento subjetivo.....	277
4.4	Objetos material e jurídico.....	277
4.5	Classificação.....	277
4.5.1	Delito que era considerado hediondo.....	277
4.6	Figura equiparada do § 1.º	278
4.7	Elemento subjetivo.....	278
4.8	Figura culposa.....	278
4.9	Quadro-resumo.....	278
5.	Corrupção ou poluição de água potável.....	279
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	279
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	280
5.3	Elemento subjetivo.....	280
5.4	Objetos material e jurídico.....	280
5.5	Classificação.....	280
5.6	Forma culposa	280
5.7	Quadro-resumo.....	280
6.	Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios	281
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	281
6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	282
6.3	Elemento subjetivo.....	282
6.4	Objetos material e jurídico.....	282

6.5	Classificação.....	282
6.6	Crítica à pena excessiva e desproporcional.....	283
6.7	Figura equiparada do § 1.º-A.....	283
6.7.1	Sujeitos ativo e passivo.....	283
6.7.2	Elemento subjetivo.....	283
6.7.3	Objetos material e jurídico.....	283
6.7.4	Classificação.....	284
6.8	Extensão às bebidas.....	284
6.9	Figura culposa.....	284
6.10	Quadro-resumo.....	285
7.	Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.....	285
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	285
7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	286
7.3	Elemento subjetivo.....	286
7.4	Objetos material e jurídico.....	287
7.5	Classificação.....	287
7.6	Crime hediondo.....	288
7.7	Pena desproporcional.....	288
7.8	Figura equiparada do § 1.º.....	289
7.8.1	Sujeitos ativo e passivo.....	289
7.8.2	Elemento subjetivo.....	289
7.8.3	Objetos material e jurídico.....	290
7.8.4	Classificação.....	290
7.9	Extensão do objeto e eventual lesão ao princípio da proporcionalidade.....	290
7.10	Outra extensão relativa aos produtos.....	291
7.11	Forma culposa.....	292
7.12	Quadro-resumo.....	293
8.	Emprego de processo proibido ou de substância não permitida.....	294
8.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	294
8.2	Sujeitos ativo e passivo.....	295
8.3	Elemento subjetivo.....	295
8.4	Objetos material e jurídico.....	295
8.5	Classificação.....	295
8.6	Quadro-resumo.....	296
9.	Invólucro ou recipiente com falsa indicação.....	297
9.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	297
9.2	Sujeitos ativo e passivo.....	298
9.3	Elemento subjetivo.....	298
9.4	Objetos material e jurídico.....	298

9.5	Classificação.....	298
9.6	Quadro-resumo.....	298
10.	Produto ou substância nas condições dos dois artigos anteriores.....	299
10.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	299
10.2	Sujeitos ativo e passivo.....	299
10.3	Elemento subjetivo.....	299
10.4	Objetos material e jurídico.....	299
10.5	Classificação.....	300
10.6	Quadro-resumo.....	300
11.	Substância destinada à falsificação.....	301
11.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	301
11.2	Sujeitos ativo e passivo.....	301
11.3	Elemento subjetivo.....	301
11.4	Objetos material e jurídico.....	301
11.5	Classificação.....	302
11.6	Quadro-resumo.....	302
12.	Outras substâncias nocivas à saúde pública.....	303
12.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	303
12.2	Sujeitos ativo e passivo.....	304
12.3	Elemento subjetivo.....	304
12.4	Objetos material e jurídico.....	304
12.5	Classificação.....	304
12.6	Figura culposa.....	304
12.7	Quadro-resumo.....	304
13.	Medicamento em desacordo com receita médica.....	305
13.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	305
13.2	Sujeitos ativo e passivo.....	305
13.3	Elemento subjetivo.....	306
13.4	Objetos material e jurídico.....	306
13.5	Classificação.....	306
13.6	Forma culposa.....	306
13.7	Falha legislativa.....	306
13.8	Quadro-resumo.....	307
14.	Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica.....	308
14.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	308
14.2	Sujeitos ativo e passivo.....	309
14.3	Elemento subjetivo.....	309
14.4	Objetos material e jurídico.....	309
14.5	Classificação.....	309
14.6	Quadro-resumo.....	310
15.	Charlatanismo.....	310

15.1	Estrutura do tipo penal incriminador	310
15.2	Sujeitos ativo e passivo.....	311
15.3	Elemento subjetivo.....	312
15.4	Objetos material e jurídico.....	312
15.5	Classificação.....	312
15.6	Quadro-resumo	312
16.	Curandeirismo.....	313
16.1	Estrutura do tipo penal incriminador	313
16.2	Sujeitos ativo e passivo.....	315
16.3	Elemento subjetivo.....	315
16.4	Objetos material e jurídico.....	315
16.5	Classificação.....	315
16.6	Diferença do charlatanismo e do curandeirismo.....	315
16.7	Forma qualificada.....	315
16.8	Quadro-resumo	316
	Resumo do capítulo	317

PARTE 4

CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA

Capítulo I – Crimes contra a Paz Pública	325
1. Incitação ao crime	325
1.1 Estrutura do tipo penal incriminador	325
1.2 Sujeitos ativo e passivo.....	327
1.3 Elemento subjetivo.....	327
1.4 Objetos material e jurídico.....	327
1.5 Classificação.....	327
1.6 Concurso de pessoas.....	328
1.7 Quadro-resumo	328
2. Apologia de crime ou criminoso.....	329
2.1 Estrutura do tipo penal incriminador	329
2.2 Sujeitos ativo e passivo.....	330
2.3 Elemento subjetivo.....	330
2.4 Objetos material e jurídico.....	330
2.5 Classificação.....	330
2.6 Marchas, protestos, passeatas e outras manifestações	330
2.7 Quadro-resumo	331
3. Associação criminosa.....	332
3.1 Estrutura do tipo penal incriminador	332
3.1.1 Quadrilha ou bando.....	335

3.1.2	Finalidade específica.....	336
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	337
3.3	Elemento subjetivo.....	337
3.4	Objetos material e jurídico.....	337
3.5	Classificação.....	337
3.6	Prática de crime continuado.....	338
3.7	Concurso de pessoas.....	338
3.8	Concurso do crime de associação criminosa com outro delito qualificado pela mesma circunstância.....	338
3.9	Pena diferenciada.....	339
3.10	Prova autônoma dos crimes.....	339
3.11	Causa de aumento de pena do parágrafo único.....	339
3.12	Quadro-resumo.....	340
4.	Constituição de milícia privada.....	340
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	340
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	341
4.3	Elemento subjetivo.....	342
4.4	Objetos material e jurídico.....	342
4.5	Classificação.....	342
4.6	Penas elevadas.....	343
4.7	Quadro-resumo.....	343
	Resumo do capítulo.....	344

PARTE 5

CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA

Capítulo I – Da Moeda Falsa	347
1. Conceito de fé pública.....	347
2. Proteção internacional.....	349
3. Moeda falsa.....	349
3.1 Estrutura do tipo penal incriminador.....	349
3.2 Sujeitos ativo e passivo.....	350
3.3 Elemento subjetivo.....	351
3.4 Objetos material e jurídico.....	351
3.5 Aplicação do princípio da insignificância.....	352
3.6 Classificação.....	352
3.7 Figuras correlatas do § 1.º.....	353
3.7.1 Estrutura do tipo penal incriminador.....	353
3.7.1.1 Falsificação grosseira.....	354
3.7.2 Sujeitos ativo e passivo.....	354
3.7.3 Elemento subjetivo.....	355

3.7.4	Objetos material e jurídico.....	355
3.7.5	Classificação.....	355
3.8	Figura correlata do § 2.º	356
3.8.1	Estrutura do tipo penal incriminador	356
3.8.2	Sujeitos ativo e passivo.....	357
3.8.3	Elemento subjetivo.....	358
3.8.4	Objetos material e jurídico.....	358
3.8.5	Classificação.....	358
3.9	Figura qualificada do § 3.º	359
3.9.1	Estrutura do tipo penal incriminador	359
3.9.2	Sujeitos ativo e passivo.....	359
3.9.3	Elemento subjetivo.....	360
3.9.4	Objetos material e jurídico.....	360
3.9.5	Classificação.....	361
3.10	Figura equiparada ao § 3.º, prevista no § 4.º.....	361
3.10.1	Estrutura do tipo penal incriminador	361
3.10.2	Sujeitos ativo e passivo.....	362
3.10.3	Elemento subjetivo.....	363
3.10.4	Objetos material e jurídico.....	363
3.10.5	Classificação.....	363
3.11	Quadro-resumo	364
4.	Crimes assimilados ao de moeda falsa	365
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	365
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	366
4.3	Elemento subjetivo.....	366
4.4	Objetos material e jurídico.....	366
4.5	Classificação.....	366
4.6	Figura qualificada prevista no parágrafo único	366
4.7	Quadro-resumo	367
5.	Petrechos para falsificação de moeda	368
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	368
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	368
5.3	Elemento subjetivo.....	368
5.4	Objetos material e jurídico.....	369
5.5	Classificação.....	369
5.6	Delito subsidiário	369
5.7	Quadro-resumo	369
6.	Emissão de título ao portador sem permissão legal	370
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	370
6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	372
6.3	Elemento subjetivo.....	372

6.4	Objetos material e jurídico.....	372
6.5	Classificação.....	372
6.6	Figura privilegiada do parágrafo único.....	373
6.6.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	373
6.6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	373
6.6.3	Elemento subjetivo.....	373
6.6.4	Objetos material e jurídico.....	373
6.6.5	Classificação.....	373
6.7	Quadro-resumo.....	374
	Resumo do capítulo.....	374
Capítulo II – Falsidade de Títulos e Outros Papéis Públicos.....		377
1.	Falsificação de papéis públicos.....	377
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	377
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	379
1.3	Elemento subjetivo.....	379
1.4	Objetos material e jurídico.....	380
1.5	Classificação.....	380
1.6	Figuras de equiparação previstas no § 1.º.....	380
1.6.1	Inciso I.....	380
1.6.1.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	380
1.6.1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	381
1.6.1.3	Elemento subjetivo.....	381
1.6.1.4	Objetos material e jurídico.....	381
1.6.1.5	Classificação.....	381
1.6.2	Inciso II.....	381
1.6.2.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	381
1.6.2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	382
1.6.2.3	Elemento subjetivo.....	382
1.6.2.4	Objetos material e jurídico.....	382
1.6.2.5	Classificação.....	382
1.6.3	Inciso III.....	383
1.6.3.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	383
1.6.3.2	Sujeitos do crime.....	383
1.6.3.3	Elemento subjetivo.....	383
1.6.3.4	Classificação.....	383
1.6.3.5	Excessiva cautela legislativa.....	383
1.6.3.6	Crime contra a ordem tributária.....	384
1.7	Figura prevista no § 2.º.....	384
1.7.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	384
1.7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	385

1.7.3	Elemento subjetivo.....	385
1.7.4	Objetos material e jurídico.....	385
1.7.5	Classificação.....	385
1.7.6	Confronto com figura típica mais recente	385
1.8	Figura prevista no § 3.º.....	385
1.8.1	Estrutura do tipo penal incriminador	385
1.8.2	Confronto com figura típica mais recente	386
1.9	Figura prevista no § 4.º.....	386
1.9.1	Estrutura do tipo penal incriminador	386
1.9.2	Sujeitos ativo e passivo.....	386
1.9.3	Elemento subjetivo.....	386
1.9.4	Objetos material e jurídico.....	386
1.9.5	Classificação.....	386
1.9.6	Confronto com figura típica mais recente	387
1.10	Comércio irregular ou clandestino	387
1.11	Quadro-resumo	388
2.	Petrechos de falsificação.....	390
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	390
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	390
2.3	Elemento subjetivo.....	391
2.4	Objetos material e jurídico.....	391
2.5	Classificação.....	391
2.5.1	Fato anterior não punível	391
2.6	Confronto com lei especial	391
2.7	Causa de aumento da pena	392
2.8	Quadro-resumo	392
	Resumo do capítulo	393

Capítulo III – Falsidade Documental 395

1.	Falsificação de selo ou sinal público	395
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador	395
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	397
1.3	Elemento subjetivo.....	397
1.4	Objetos material e jurídico.....	397
1.5	Classificação.....	397
1.6	Figura equiparada do § 1.º.....	398
1.6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	398
1.6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	399
1.6.3	Elemento subjetivo.....	399
1.6.4	Objetos material e jurídico.....	399
1.6.5	Classificação.....	399

1.7	Causa de aumento de pena	400
1.8	Quadro-resumo	400
2.	Falsificação de documento público.....	401
2.1	Maior proteção aos documentos públicos	401
2.2	Estrutura do tipo penal incriminador	401
2.2.1	Documento formal e substancialmente público e formalmente público e substancialmente privado.....	403
2.2.2	Relevância jurídica do documento	403
2.2.3	Fotocópias sem autenticação	404
2.2.4	Falsidade grosseira	404
2.3	Sujeitos ativo e passivo.....	404
2.4	Elemento subjetivo.....	404
2.5	Objetos material e jurídico.....	404
2.6	Classificação.....	404
2.7	Crime de perigo abstrato.....	404
2.8	Exame de corpo de delito	405
2.9	Concurso de estelionato e falsidade.....	405
2.10	Concurso de falsificação e uso de documento falso	405
2.11	Concurso da falsidade com apropriação indébita ou outro crime patrimonial.....	405
2.12	Falsificação de certidão ou atestado emitido por escola	405
2.13	Causa de aumento de pena do § 1.º	406
2.14	Documento público por equiparação do § 2.º.....	406
2.14.1	Entidade paraestatal.....	406
2.15	Figuras equiparadas do § 3.º.....	407
2.15.1	Estrutura do tipo penal incriminador	407
2.15.1.1	Falsidade ideológica no contexto da falsidade material.....	410
2.16	Figura omissiva do § 4.º.....	410
2.17	Quadro-resumo	411
3.	Falsificação de documento particular.....	412
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	412
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	413
3.3	Elemento subjetivo.....	413
3.4	Potencialidade da falsidade para causar prejuízo.....	413
3.5	Objetos material e jurídico.....	414
3.6	Classificação.....	414
3.6.1	Crime de perigo abstrato.....	414
3.6.2	Documento particular por equiparação conforme parágrafo único	415
3.7	Quadro-resumo	415

4.	Falsidade ideológica	416
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	416
4.1.1	Documento sem assinatura.....	417
4.1.2	Contrato com “laranjas”	417
4.1.3	Petição de advogado.....	417
4.1.4	Declaração de pobreza para obter os benefícios da justiça gratuita	418
4.1.5	Procuração ad judicium	418
4.1.6	Declaração cadastral para qualquer fim.....	418
4.1.7	Laudo médico	418
4.1.8	Declaração particular prestada em cartório de notas....	418
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	419
4.3	Elemento subjetivo.....	419
4.4	Objetos material e jurídico.....	419
4.5	Classificação.....	419
4.6	Diferenças entre falsidade material e ideológica.....	419
4.7	Exame pericial	420
4.8	Falsificação de Carteira de Trabalho e Previdência Social.....	420
4.9	Falsificação em folha de papel em branco.....	420
4.10	Causa de aumento de pena	421
4.11	Segunda causa de aumento de pena.....	421
4.12	Assentamento de registro civil.....	422
4.13	Quadro-resumo	423
5.	Falso reconhecimento de firma ou letra.....	423
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	423
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	424
5.3	Elemento subjetivo.....	424
5.4	Objetos material e jurídico.....	424
5.5	Classificação.....	425
5.6	Quadro-resumo	425
6.	Certidão ou atestado ideologicamente falso	426
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	426
6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	427
6.3	Elemento subjetivo.....	427
6.4	Objetos material e jurídico.....	427
6.5	Classificação.....	427
6.6	Falsidade material de atestado ou certidão.....	428
6.6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	428
6.6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	428
6.6.3	Elemento subjetivo.....	428
6.6.4	Habilitação de terceira pessoa, e não do próprio agente	428

6.6.5	Objetos material e jurídico.....	429
6.6.6	Classificação.....	429
6.6.7	Crítica à brandura da pena.....	429
6.7	Figura qualificada.....	429
6.8	Quadro-resumo	430
7.	Falsidade de atestado médico	430
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	430
7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	431
7.3	Elemento subjetivo.....	431
7.4	Objetos material e jurídico.....	431
7.5	Classificação.....	431
7.6	Crítica à brandura da pena.....	431
7.7	Figura qualificada.....	432
7.8	Quadro-resumo	432
8.	Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica	432
8.1	Substituição.....	432
8.2	Quadro-resumo	433
9.	Uso de documento falso	433
9.1	Estrutura do tipo penal incriminador	433
9.2	Sujeitos ativo e passivo.....	434
9.3	Elemento subjetivo.....	434
9.4	Papéis constantes nos arts. 297 a 302.....	434
9.4.1	Exame de corpo de delito	434
9.5	Dúvida quanto à falsidade.....	434
9.5.1	Carteira de habilitação falsa.....	434
9.6	Objetos material e jurídico.....	435
9.7	Classificação.....	435
9.8	Apresentação espontânea, exigência e apreensão pela autoridade... 435	
9.9	Exigência de apresentação por autoridade incompetente.....	436
9.10	Documento falso para escapar da prisão	436
9.11	Desistência voluntária.....	436
9.12	Concurso com o crime de falsidade	436
9.13	Quadro-resumo	437
10.	Supressão de documento	438
10.1	Estrutura do tipo penal incriminador	438
10.2	Sujeitos ativo e passivo.....	439
10.3	Elemento subjetivo.....	439
10.4	Autenticidade do documento	439
10.5	Objetos material e jurídico.....	439
10.6	Classificação.....	439
10.7	Diferença entre supressão do documento, dano e furto	440

10.8	Diferença entre os crimes de supressão de documento e sonegação de papel ou objeto de valor probatório.....	440
10.9	Quadro-resumo	441
	Resumo do capítulo	441
Capítulo IV – Outras Falsidades.....		445
1.	Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins	445
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador	445
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	446
1.3	Elemento subjetivo	446
1.4	Objetos material e jurídico.....	446
1.5	Classificação.....	446
1.6	Figura privilegiada do parágrafo único.....	446
1.7	Quadro-resumo	447
2.	Falsa identidade	448
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	448
2.1.1	Autodefesa.....	449
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	450
2.3	Elemento subjetivo.....	450
2.4	Objetos material e jurídico.....	450
2.5	Classificação.....	450
2.6	Delito subsidiário	450
2.7	Confronto com a contravenção penal do art. 68 do Decreto-lei 3.688/41	450
2.8	Outra forma de falsa identidade.....	451
2.8.1	Estrutura do tipo penal incriminador	451
2.8.1.1	Alteração de fotografia do documento	452
2.8.2	Sujeitos ativo e passivo.....	453
2.8.3	Elemento subjetivo.....	453
2.8.4	Objetos material e jurídico.....	453
2.8.5	Classificação.....	453
2.8.6	Delito subsidiário	453
2.9	Quadro-resumo	453
3.	Fraude de lei sobre estrangeiros	454
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	454
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	455
3.3	Elemento subjetivo.....	455
3.4	Objetos material e jurídico.....	455
3.5	Classificação.....	455
3.6	Forma qualificada prevista no parágrafo único do art. 309.....	455

3.6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	455
3.6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	455
3.6.3	Elemento subjetivo.....	456
3.6.4	Objetos material e jurídico.....	456
3.6.5	Classificação.....	456
3.7	Outra forma de fraude de lei sobre estrangeiros prevista no art. 310 do CP	456
3.7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	456
3.7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	457
3.7.3	Elemento subjetivo.....	457
3.7.4	Objetos material e jurídico.....	457
3.7.5	Classificação.....	457
3.8	Quadro-resumo	458
4.	Adulteração de sinal identificador de veículo automotor.....	459
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	459
4.1.1	Placa fria fornecida pelo órgão de trânsito	459
4.1.2	Falsidade grosseira com fita adesiva	460
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	460
4.3	Elemento subjetivo.....	460
4.4	Objetos material e jurídico.....	460
4.5	Classificação.....	461
4.6	Causa de aumento	461
4.7	Hipótese de participação material	461
4.8	Quadro-resumo	462
	Resumo do capítulo	463

Capítulo V – Fraudes em Certames de Interesse Público 465

1.	Indevida inserção no Título X (dos crimes contra a fé pública)	465
2.	Titulação equivocada	466
3.	Rubrica do crime	466
4.	Fraudes em certames de interesse público	467
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	467
4.1.1	Cola eletrônica	468
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	470
4.3	Elemento subjetivo.....	470
4.4	Objetos material e jurídico.....	470
4.5	Classificação.....	470
4.6	Forma similar prevista no § 1.º.....	471
4.6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	471
4.6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	471
4.6.3	Elemento subjetivo.....	471

4.6.4	Objetos material e jurídico.....	471
4.6.5	Classificação.....	471
4.7	Forma qualificada pelo resultado prevista no § 2.º.....	472
4.8	Causa de aumento de pena prevista no § 3.º.....	472
	Resumo do capítulo.....	472

PARTE 6

CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Capítulo I – Crimes Praticados por Funcionário Público contra a Administração em Geral.....	477
1. Conceito de Administração Pública.....	477
2. Peculato.....	478
2.1 Estrutura do tipo penal incriminador.....	478
2.1.1 Funcionário que recebe dinheiro ou outro valor de particular e aplica na própria repartição.....	480
2.2 Sujeitos ativo e passivo.....	480
2.3 Elemento subjetivo.....	480
2.3.1 Peculato de uso.....	481
2.4 Objetos material e jurídico.....	482
2.5 Classificação.....	482
2.6 Concurso de pessoas.....	482
2.7 Aplicação da defesa preliminar.....	483
2.8 Estado de necessidade.....	483
2.9 Figura equiparada prevista no § 1.º.....	484
2.9.1 Estrutura do tipo penal incriminador.....	484
2.10 Peculato culposo.....	484
2.10.1 Causa de extinção da punibilidade ou de redução da pena.....	485
2.11 Quadro-resumo.....	486
3. Peculato mediante erro de outrem.....	487
3.1 Estrutura do tipo penal incriminador.....	487
3.2 Sujeitos ativo e passivo.....	489
3.3 Elemento subjetivo.....	489
3.4 Objetos material e jurídico.....	490
3.5 Classificação.....	490
3.6 Defesa preliminar.....	490
3.7 Quadro-resumo.....	490
4. Inserção de dados falsos em sistema de informações.....	491
4.1 Figura semelhante ao peculato impróprio.....	491

4.2	Estrutura do tipo penal incriminador	491
4.3	Sujeitos ativo e passivo.....	492
4.4	Elemento subjetivo.....	493
4.5	Objetos material e jurídico.....	493
4.6	Classificação.....	493
4.7	Defesa preliminar.....	493
4.8	Quadro-resumo	493
5.	Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações....	494
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	494
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	495
5.3	Elemento subjetivo.....	495
5.4	Objetos material e jurídico.....	495
5.5	Classificação.....	495
5.6	Defesa preliminar.....	495
5.7	Causa de aumento de pena do parágrafo único	495
5.8	Quadro-resumo	496
6.	Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento	496
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	496
6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	497
6.3	Elemento subjetivo.....	497
6.4	Objetos material e jurídico.....	497
6.5	Classificação.....	498
6.6	Delito subsidiário	498
6.7	Defesa preliminar.....	498
6.8	Quadro-resumo	499
7.	Emprego irregular de verbas ou rendas públicas	500
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	500
7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	501
7.3	Elemento subjetivo.....	501
7.4	Objetos material e jurídico.....	501
7.5	Classificação.....	501
7.6	Defesa preliminar.....	501
7.7	Quadro-resumo	501
8.	Concussão	502
8.1	Estrutura do tipo penal incriminador	502
8.2	Sujeitos ativo e passivo.....	504
8.3	Elemento subjetivo.....	504
8.4	Objetos material e jurídico.....	504
8.5	Classificação.....	505
8.6	Prisão em flagrante	505
8.6.1	Flagrante e crime impossível.....	506

8.7	Defesa preliminar	506
8.8	Conceito de exação	506
8.9	Figura equiparada (art. 316, § 1.º).....	506
8.9.1	Estrutura do tipo penal incriminador	506
8.9.2	Sujeitos ativo e passivo.....	508
8.9.3	Elemento subjetivo.....	508
8.9.4	Objetos material e jurídico.....	508
8.9.5	Classificação.....	508
8.9.6	Defesa preliminar	509
8.10	Excesso de exação qualificado (art. 316, § 2.º).....	509
8.10.1	Estrutura do tipo penal incriminador	509
8.10.2	Sujeitos ativo e passivo.....	510
8.10.3	Elemento subjetivo.....	510
8.10.4	Objetos material e jurídico.....	510
8.10.5	Classificação.....	510
8.10.6	Defesa preliminar	510
8.11	Quadro-resumo	511
9.	Corrupção passiva	512
9.1	Introdução.....	512
9.2	Estrutura do tipo penal incriminador	515
9.2.1	Ausência de menção à expressão ato de ofício	518
9.2.2	Princípio da insignificância	518
9.2.3	Vantagem indevida idônea.....	519
9.2.4	Aspectos da consumação e a cifra negra da corrupção.....	519
9.2.5	Alinhamentos históricos.....	519
9.3	Sujeitos ativo e passivo.....	520
9.4	Elemento subjetivo.....	521
9.5	Objetos material e jurídico.....	521
9.6	Classificação.....	521
9.7	Concurso de pessoas.....	522
9.8	Defesa preliminar	522
9.9	Causa de aumento da pena o § 1.º	522
9.10	Figura privilegiada	522
9.11	Quadro-resumo	523
10.	Facilitação de contrabando ou descaminho.....	524
10.1	Estrutura do tipo penal incriminador	524
10.2	Sujeitos ativo e passivo.....	525
10.3	Elemento subjetivo.....	525
10.4	Objetos material e jurídico.....	525
10.5	Classificação.....	525
10.6	Defesa preliminar	526

10.7	Quadro-resumo	526
11.	Prevaricação	527
11.1	Estrutura do tipo penal incriminador	527
11.2	Sujeitos ativo e passivo.....	528
11.3	Elemento subjetivo.....	528
11.4	Objetos material e jurídico.....	528
11.5	Classificação.....	528
11.6	Defesa preliminar	529
11.7	Quadro-resumo	529
12.	Prevaricação em presídio do art. 319-A	530
12.1	Estrutura do tipo penal incriminador	530
12.2	Sujeitos ativo e passivo.....	532
12.3	Elemento subjetivo.....	533
12.4	Objetos material e jurídico.....	533
12.5	Classificação.....	534
12.6	Defesa preliminar	534
12.7	Quadro-resumo	534
13.	Condescendência criminosa	535
13.1	Estrutura do tipo penal incriminador	535
13.2	Sujeitos ativo e passivo.....	536
13.3	Elemento subjetivo.....	536
13.4	Objetos material e jurídico.....	536
13.5	Classificação.....	537
13.6	Defesa preliminar	537
13.7	Quadro-resumo	537
14.	Advocacia administrativa	538
14.1	Estrutura do tipo penal incriminador	538
14.2	Sujeitos ativo e passivo.....	539
14.3	Elemento subjetivo.....	539
14.4	Objetos material e jurídico.....	539
14.5	Classificação.....	540
14.6	Figura qualificada.....	540
14.7	Defesa preliminar	540
14.8	Quadro-resumo	540
15.	Violência arbitrária.....	541
15.1	Revogação do art. 322 pela Lei de Abuso de Autoridade.....	541
15.2	Estrutura do tipo penal incriminador	541
15.3	Sujeitos ativo e passivo.....	542
15.4	Elemento subjetivo.....	542
15.5	Objetos material e jurídico.....	542
15.6	Classificação.....	542

	Sumário	LI
15.7	Concurso de crimes	542
15.8	Defesa preliminar	542
15.9	Quadro-resumo	543
16.	Abandono de função.....	543
16.1	Estrutura do tipo penal incriminador	543
16.2	Sujeitos ativo e passivo.....	544
16.3	Elemento subjetivo.....	544
16.4	Objetos material e jurídico.....	544
16.5	Classificação.....	544
16.6	Figura qualificada pelo resultado do § 1.º.....	545
16.7	Figura qualificada pelo local do § 2.º.....	545
16.8	Defesa preliminar	545
16.9	Quadro-resumo	546
17.	Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado.....	546
17.1	Estrutura do tipo penal incriminador	546
17.2	Sujeitos ativo e passivo.....	549
17.3	Elemento subjetivo.....	549
17.4	Objetos material e jurídico.....	549
17.5	Classificação.....	549
17.6	Defesa preliminar	549
17.7	Quadro-resumo	550
18.	Violação de sigilo funcional	550
18.1	Estrutura do tipo penal incriminador	550
18.2	Sujeitos ativo e passivo.....	551
18.3	Elemento subjetivo.....	551
18.4	Objetos material e jurídico.....	551
18.5	Classificação.....	551
18.6	Delito subsidiário	552
18.7	Confronto com outros tipos especiais.....	552
18.8	Figuras equiparadas previstas no § 1.º, inciso I.....	552
18.8.1	Sujeitos ativo e passivo.....	553
18.8.2	Elemento subjetivo.....	553
18.8.3	Objetos material e jurídico.....	553
18.8.4	Classificação.....	553
18.9	Figura equiparada prevista no § 1.º, inciso II.....	554
18.9.1	Sujeitos ativo e passivo.....	554
18.9.2	Elemento subjetivo.....	555
18.9.3	Objetos material e jurídico.....	555
18.9.4	Classificação.....	555
18.10	Crime qualificado pelo resultado.....	555
18.11	Defesa preliminar	555

18.12	Quadro-resumo	555
19.	Violação do sigilo de proposta de concorrência.....	556
20.	Funcionário público.....	556
20.1	Efeitos penais	556
20.2	Conceitos de cargo, emprego ou função pública.....	557
20.3	Podem ser considerados funcionários públicos.....	558
20.3.1	Defensor dativo em convênio com órgão estatal	558
20.4	Não são considerados funcionários públicos	559
20.5	Entidade paraestatal.....	559
20.6	Equiparação restrita ao sujeito ativo.....	559
20.7	Empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública	560
20.8	Causa de aumento de pena do § 2.º.....	560
20.9	Quadro-resumo	560
	Resumo do capítulo	561

Capítulo II – Crimes Praticados por Particular contra a Administração em Geral.....

1.	Usurpação de função pública.....	567
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador	567
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	568
1.3	Elemento subjetivo.....	568
1.4	Objetos material e jurídico.....	568
1.5	Classificação.....	568
1.6	Figura qualificada do parágrafo único	569
1.7	Quadro-resumo	569
2.	Resistência	570
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador	570
2.1.1	Roubo e resistência.....	572
2.1.2	Resistência ativa (<i>vis corporalis</i> ou <i>vis compulsiva</i>) e resistência passiva (<i>vis civilis</i>).....	572
2.1.3	Embriaguez	573
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	573
2.3	Elemento subjetivo.....	573
2.4	Objetos material e jurídico.....	574
2.5	Classificação.....	574
2.6	Figura qualificada do § 1.º	574
2.7	Sistema da acumulação material	574
2.8	Absorção do desacato e da desobediência	574
2.9	Quadro-resumo	575
3.	Desobediência.....	576

3.1	Estrutura do tipo penal incriminador	576
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	577
3.3	Elemento subjetivo.....	577
3.4	Objetos material e jurídico.....	577
3.5	Classificação.....	577
3.6	Pontos particulares do crime de desobediência	578
3.6.1	Proibição de venda e uso de bebida alcoólica em dia de eleição	578
3.6.2	Ordem emanada de juiz impedido	579
3.6.3	Inexistência de outro tipo de punição	579
3.6.4	Descumprimento das condições impostas na suspensão condicional do processo	580
3.6.5	Descumprimento das imposições feitas ao usuário de drogas.....	580
3.6.6	Descumprimento de medida imposta com fundamento na Lei Maria da Penha	580
3.6.7	Descumprimento de convocação de militar para depor... ..	580
3.6.8	Dever da vítima de colaborar com a investigação ou processo criminal	581
3.6.9	Autoacusação	581
3.6.10	Ordem dada por autoridade (juiz criminal, delegado ou CPI) à testemunha ou ao indiciado ou réu para depor... ..	582
3.6.11	Sigilo médico e recusa em fornecer dados sobre o paciente	582
3.6.12	Sigilo do advogado	583
3.6.13	Identificação dactiloscópica.....	583
3.6.14	Distinção do delito de desobediência e da contravenção de recusa de dados sobre a própria identidade ou qualificação	584
3.6.15	Embriaguez	585
3.7	Quadro-resumo	585
4.	Desacato.....	586
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador	586
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	588
4.2.1	Pluralidade de funcionários ofendidos.....	588
4.3	Elemento subjetivo.....	588
4.4	Objetos material e jurídico.....	589
4.5	Classificação.....	589
4.6	Concurso de crimes	589
4.7	Indiferença do ofendido	590
4.8	Quadro-resumo	590
5.	Tráfico de influência	591

5.1	Estrutura do tipo penal incriminador	591
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	592
5.3	Elemento subjetivo.....	593
5.4	Objetos material e jurídico.....	593
5.5	Classificação.....	593
5.6	Causa de aumento da pena nos termos do parágrafo único.....	594
5.7	Quadro-resumo	594
6.	Corrupção ativa	595
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	595
6.1.1	A questão referente à conduta dar.....	597
6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	598
6.3	Elemento subjetivo.....	598
6.4	Objetos material e jurídico.....	598
6.5	Classificação.....	598
6.6	Crime bilateral	598
6.7	Aumento de pena do parágrafo único	599
6.8	Princípio da insignificância	599
6.9	Quadro-resumo	600
7.	Descaminho	600
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	600
7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	602
7.3	Elemento subjetivo.....	602
7.4	Objetos material e jurídico.....	602
7.5	Classificação.....	603
7.6	Princípio da insignificância	603
7.6.1	Intervenção mínima.....	604
7.7	Habitualidade delitiva.....	604
7.8	Descaminho e violação de direitos autorais.....	605
7.9	Figuras típicas correlatas do § 1.º.....	605
7.9.1	Sujeitos ativo e passivo.....	606
7.9.2	Elemento subjetivo.....	606
7.9.3	Diferença entre introdução clandestina e importação fraudulenta	606
7.9.4	Classificação.....	607
7.9.5	Inciso IV do § 1.º	607
7.9.5.1	Sujeitos ativo e passivo	608
7.9.5.2	Elemento subjetivo	608
7.9.5.3	Confronto com a receptação	608
7.9.5.4	Objetos material e jurídico	608
7.9.5.5	Classificação	608
7.10	Figura de equiparação do § 2.º	608

7.10.1	Habitualidade.....	609
7.11	Causa de aumento do § 3.º.....	609
7.12	Procedimento administrativo e ação penal.....	609
7.13	Prova pericial.....	610
7.14	Crime impossível.....	610
7.15	Quadro-resumo.....	610
8.	Contrabando.....	611
8.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	611
8.2	Sujeitos ativo e passivo.....	612
8.3	Elemento subjetivo.....	612
8.4	Objetos material e jurídico.....	612
8.5	Classificação.....	612
8.6	Princípio da insignificância no contrabando.....	613
8.7	Figuras equiparadas do § 1.º.....	614
8.8	Confronto com a receptação.....	615
8.9	Figura de equiparação.....	615
8.10	Causa de aumento.....	615
8.11	Quadro-resumo.....	616
9.	Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência.....	617
9.1	Revogação deste tipo penal pela Lei 8.666/93.....	617
9.2	Quadro-resumo.....	617
10.	Inutilização de edital ou de sinal.....	618
10.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	618
10.2	Sujeitos ativo e passivo.....	618
10.3	Elemento subjetivo.....	619
10.4	Objetos material e jurídico.....	619
10.5	Classificação.....	619
10.6	Quadro-resumo.....	619
11.	Subtração ou inutilização de livro ou documento.....	620
11.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	620
11.2	Sujeitos ativo e passivo.....	621
11.3	Elemento subjetivo.....	621
11.4	Objetos material e jurídico.....	621
11.5	Classificação.....	621
11.6	Crime subsidiário.....	622
11.7	Quadro-resumo.....	622
12.	Sonegação de contribuição previdenciária.....	622
12.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	622
12.1.1	Condição objetiva de punibilidade.....	623
12.2	Sujeitos ativo e passivo.....	623
12.3	Elemento subjetivo.....	623

12.4	Estrutura do tipo penal incriminador do inciso I.....	624
12.5	Objetos material e jurídico.....	625
12.6	Classificação.....	625
12.7	Figura prevista no inciso II.....	625
12.7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	625
12.7.2	Objetos material e jurídico.....	626
12.7.3	Classificação.....	626
12.8	Figura prevista no inciso III.....	627
12.8.1	Estrutura do tipo penal incriminador	627
12.8.2	Objetos material e jurídico.....	627
12.8.3	Classificação.....	628
12.9	Competência.....	628
12.10	Causa de extinção da punibilidade	628
12.11	Não aplicação do art. 34 da Lei 9.249/95.....	631
12.12	Perdão judicial ou figura privilegiada.....	631
12.13	Valor devido de pouca monta.....	632
12.14	Critério para a escolha do juiz.....	632
12.15	Causa de diminuição da pena ou privilégio	632
12.16	Reajuste do valor de referência da folha de pagamento (§ 4.º) ...	633
12.17	Quadro-resumo.....	633
	Resumo do capítulo	635

Capítulo III – Crimes Praticados por Particular contra a Administração Pública Estrangeira.....

		639
1.	Origem das figuras típicas.....	639
2.	Corrupção Ativa em Transação Comercial Internacional.....	640
2.1	Figura típica similar	640
2.2	Estrutura do tipo penal incriminador	640
2.3	Tipo misto alternativo	641
2.4	Sujeitos ativo e passivo.....	641
2.4.1	Pessoa jurídica como sujeito ativo	642
2.4.2	Participação.....	642
2.5	Elemento subjetivo.....	643
2.6	Objetos material e jurídico.....	643
2.7	Classificação.....	644
2.8	Não configuração de crime bilateral.....	644
2.9	Causa de aumento de pena do parágrafo único	644
2.10	Quadro-resumo	645
3.	Tráfico de influência em transação comercial internacional.....	646
3.1	Figura similar.....	646
3.2	Estrutura do tipo penal incriminador	646

3.3	Sujeitos ativo e passivo.....	647
3.4	Elemento subjetivo.....	647
3.5	Objetos material e jurídico.....	647
3.6	Classificação.....	648
3.7	Causa de aumento de pena do parágrafo único.....	648
3.8	Quadro-resumo.....	648
4.	Funcionário público estrangeiro.....	649
4.1	Conceito de funcionário público estrangeiro.....	649
4.2	Cargo, emprego e função pública.....	650
4.3	Equiparações feitas pelo parágrafo único.....	651
4.4	Quadro-resumo.....	651
	Resumo do capítulo.....	652
Capítulo IV – Crimes contra a Administração da Justiça.....		653
1.	Reingresso de estrangeiro expulso.....	653
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	653
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	654
1.3	Elemento subjetivo.....	654
1.4	Diferenças entre repatriação, deportação, expulsão e extradição.....	654
1.5	Objetos material e jurídico.....	656
1.6	Classificação.....	656
1.7	Quadro-resumo.....	657
2.	Denúncia caluniosa.....	658
2.1	Crime complexo.....	658
2.2	Estrutura do tipo penal incriminador.....	658
2.3	Sujeitos ativo e passivo.....	663
2.3.1	Autoridade que age de ofício.....	664
2.3.2	Término da investigação ou ação.....	664
2.3.3	Confronto da denúncia caluniosa com o delito previsto no art. 19 da Lei 8.429/92.....	664
2.3.4	Elemento subjetivo.....	665
2.3.4.1	Inocência do imputado.....	666
2.3.5	Crime impossível.....	666
2.3.6	Autodefesa de réu em processo ou indiciado em inquérito.....	666
2.3.7	O silêncio como forma de imputação.....	667
2.3.8	Conhecimento posterior da inocência do acusado.....	669
2.3.9	Objetos material e jurídico.....	669
2.3.10	Classificação.....	669
2.3.11	Causa de aumento de pena do § 1.º.....	670
2.3.12	Causa de diminuição da pena do § 2.º.....	670

2.4	Quadro-resumo.....	671
3.	Comunicação falsa de crime ou de contravenção.....	671
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	671
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	672
3.3	Elemento subjetivo.....	672
3.4	Ocorrência de crime diverso.....	673
3.5	Crime impossível.....	673
3.6	Objetos material e jurídico.....	673
3.7	Classificação.....	673
3.8	Quadro-resumo.....	674
4.	Autoacusação falsa.....	675
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	675
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	675
4.3	Direito de mentir do réu.....	675
4.4	Elemento subjetivo.....	676
4.5	Objetos material e jurídico.....	676
4.6	Classificação.....	677
4.7	Quadro-resumo.....	677
5.	Falso testemunho ou falsa perícia.....	678
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	678
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	681
5.3	Elemento subjetivo.....	681
5.4	Objetos material e jurídico.....	681
5.5	Classificação.....	681
5.6	Recusa da testemunha em depor.....	682
5.7	Qualificação da testemunha.....	684
5.8	Opinião da testemunha.....	684
5.9	Direito de se calar da testemunha.....	684
5.10	Compromisso da testemunha de dizer a verdade.....	685
5.11	Concurso de pessoas no crime de falso.....	688
5.12	Crime de bagatela.....	690
5.13	Competência para apurar o crime de falso.....	691
5.14	Causa de aumento de pena do § 1.º.....	691
5.15	Condição negativa de punibilidade do § 2.º.....	692
5.15.1	Comunicabilidade aos coautores e partícipes.....	693
5.15.2	Sentença.....	693
5.15.3	Retratação no procedimento do júri.....	694
5.16	Condição para instauração do inquérito ou da ação pelo crime de falso.....	694
5.17	Atipicidade do falso dependente do caso concreto.....	694
5.18	Extinção da punibilidade por meio de habeas corpus de ofício...	695

5.19	Quadro-resumo	696
6.	Suborno.....	697
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador	697
6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	698
6.3	Elemento subjetivo.....	698
6.4	Objetos material e jurídico.....	698
6.5	Classificação.....	698
6.6	Causa de aumento da pena do parágrafo único.....	698
6.7	Quadro-resumo	699
7.	Coação no curso do processo	700
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	700
7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	701
7.3	Elemento subjetivo.....	701
7.4	Objetos material e jurídico.....	701
7.5	Classificação.....	701
7.6	Sistema da acumulação material	702
7.7	Quadro-resumo	702
8.	Exercício arbitrário das próprias razões	703
8.1	Estrutura do tipo penal incriminador	703
8.2	Sujeitos ativo e passivo.....	704
8.3	Elemento subjetivo.....	704
8.4	Objetos material e jurídico.....	704
8.5	Classificação.....	704
8.6	Delito de caráter subsidiário	705
8.7	Crime de ação pública ou privada.....	705
8.8	Quadro-resumo	705
9.	Outra forma de exercício arbitrário das próprias razões	706
9.1	Estrutura do tipo penal incriminador	706
9.2	Sujeitos ativo e passivo.....	707
9.3	Elemento subjetivo.....	707
9.4	Objetos material e jurídico.....	707
9.5	Classificação.....	707
9.6	Quadro-resumo	707
10.	Fraude processual	708
10.1	Estrutura do tipo penal incriminador	708
10.2	Sujeitos ativo e passivo.....	709
10.3	Elemento subjetivo.....	709
10.4	Objetos material e jurídico.....	709
10.5	Classificação.....	709
10.6	Causa de aumento de pena do parágrafo único.....	710
10.7	Autodefesa do acusado	710

10.8	Absorção por crime mais grave.....	710
10.9	Quadro-resumo.....	711
11.	Favorecimento pessoal.....	711
11.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	711
11.2	Sujeitos ativo e passivo.....	712
11.3	Elemento subjetivo.....	712
11.4	Objetos material e jurídico.....	713
11.5	Classificação.....	713
11.6	Diferença entre o favorecimento e a participação.....	713
11.7	Viabilidade do crime anterior.....	713
11.8	Exercício regular de direito.....	714
11.9	Figura privilegiada do § 1.º.....	714
11.10	Escusa absolutória (imunidade absoluta).....	714
11.11	Quadro-resumo.....	715
12.	Favorecimento real.....	716
12.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	716
12.2	Sujeitos ativo e passivo.....	717
12.3	Elemento subjetivo.....	718
12.4	Objetos material e jurídico.....	718
12.5	Classificação.....	718
12.6	Quadro-resumo.....	719
13.	Favorecimento real em presídio.....	719
13.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	719
13.2	Sujeitos ativo e passivo.....	720
13.3	Elemento subjetivo.....	720
13.4	Objetos material e jurídico.....	720
13.5	Classificação.....	721
13.6	Particularidades.....	721
13.7	Quadro-resumo.....	722
14.	Exercício arbitrário ou abuso de poder.....	723
14.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	724
14.2	Sujeitos ativo e passivo.....	724
14.3	Elemento subjetivo.....	725
14.4	Objetos material e jurídico.....	725
14.5	Classificação.....	725
14.6	Recebimento ou recolhimento ilegal de preso.....	725
14.7	Prolongar a execução de pena ou medida de segurança.....	725
14.8	Submissão a vexame ou constrangimento.....	726
14.9	Efetuar qualquer diligência abusiva.....	726
14.10	Quadro-resumo.....	727
15.	Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança.....	727

15.1	Estrutura do tipo penal incriminador	727
15.2	Sujeitos ativo e passivo.....	728
15.3	Elemento subjetivo.....	728
15.4	Objetos material e jurídico.....	728
15.5	Classificação.....	728
15.6	Figura qualificada do § 1.º	729
15.7	Concurso de crimes e sistema da acumulação material.....	729
15.8	Figura qualificada do § 3.º	729
15.9	Forma culposa	729
15.10	Quadro-resumo	730
16.	Evasão mediante violência contra pessoa.....	731
16.1	Estrutura do tipo penal incriminador	731
16.2	Sujeitos ativo e passivo.....	732
16.3	Elemento subjetivo.....	732
16.4	Objetos material e jurídico.....	732
16.5	Classificação.....	732
16.6	Quadro-resumo	733
17.	Arrebatamento de preso	734
17.1	Estrutura do tipo penal incriminador	734
17.2	Sujeitos ativo e passivo.....	734
17.3	Elemento subjetivo.....	734
17.4	Objetos material e jurídico.....	735
17.5	Classificação.....	735
17.6	Quadro-resumo	735
18.	Motim de presos	736
18.1	Estrutura do tipo penal incriminador	736
18.2	Sujeitos ativo e passivo.....	736
18.3	Elemento subjetivo.....	737
18.4	Objetos material e jurídico.....	737
18.5	Classificação.....	737
18.6	Quadro-resumo	738
19.	Patrocínio infiel	739
19.1	Estrutura do tipo penal incriminador	739
19.2	Sujeitos ativo e passivo.....	740
19.3	Elemento subjetivo.....	740
19.4	Consentimento do ofendido	740
19.5	Objetos material e jurídico.....	740
19.6	Classificação.....	741
19.7	Patrocínio simultâneo ou tergiversação	741
19.7.1	Estrutura do tipo penal incriminador	741
19.7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	741

19.7.3	Elemento subjetivo.....	742
19.7.4	Classificação.....	742
19.8	Quadro-resumo.....	742
20.	Sonegação de papel ou objeto de valor probatório.....	743
20.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	743
20.2	Sujeitos ativo e passivo.....	744
20.3	Elemento subjetivo.....	744
20.4	Restituição dos autos, documento ou objeto antes de a denúncia ser oferecida.....	744
20.5	Objetos material e jurídico.....	744
20.6	Classificação.....	744
20.7	Quadro-resumo.....	745
21.	Exploração de prestígio.....	746
21.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	746
21.2	Sujeitos ativo e passivo.....	747
21.3	Elemento subjetivo.....	747
21.4	Objetos material e jurídico.....	747
21.5	Classificação.....	747
21.6	Causa de aumento da pena do parágrafo único.....	748
21.7	Quadro-resumo.....	748
22.	Violência ou fraude em arrematação judicial.....	749
22.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	749
22.2	Sujeitos ativo e passivo.....	749
22.3	Elemento subjetivo.....	750
22.4	Objetos material e jurídico.....	750
22.5	Classificação.....	750
22.6	Concurso de crimes e sistema de acumulação material.....	750
22.7	Quadro-resumo.....	750
23.	Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito.....	751
23.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	751
23.2	Sujeitos ativo e passivo.....	752
23.3	Elemento subjetivo.....	752
23.4	Objetos material e jurídico.....	752
23.5	Classificação.....	752
23.6	Descumprimento de pena alternativa.....	752
23.7	Suspensão condicional do processo.....	753
23.8	Afastamento do cônjuge do lar.....	753
23.9	Suspensão ou proibição de dirigir veículos.....	753
23.10	Quadro-resumo.....	754
	Resumo do capítulo.....	754

Capítulo V – Crimes contra as Finanças Públicas	763
1. Fundamento constitucional	763
2. Contratação de operação de crédito	765
2.1 Estrutura do tipo penal incriminador	765
2.2 Sujeitos ativo e passivo.....	767
2.2.1 Presidente da República.....	767
2.2.2 Prefeito Municipal.....	768
2.3 Elemento subjetivo.....	768
2.4 Objetos material e jurídico.....	768
2.5 Classificação.....	768
2.6 Figuras equiparadas do parágrafo único.....	769
2.7 Norma penal em branco.....	769
2.8 Dívida consolidada cujo montante ultrapassa o limite legal	769
2.9 Quadro-resumo	770
3. Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar	771
3.1 Estrutura do tipo penal incriminado.....	771
3.2 Sujeitos ativo e passivo.....	772
3.3 Elemento subjetivo.....	773
3.4 Objetos material e jurídico.....	773
3.5 Classificação.....	773
3.6 Quadro-resumo	774
4. Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura.....	774
4.1 Estrutura do tipo penal incriminador	774
4.2 Sujeitos ativo e passivo.....	776
4.3 Elemento subjetivo.....	776
4.4 Objetos material e jurídico.....	777
4.5 Classificação.....	777
4.6 Exclusão de responsabilidade	777
4.7 Quadro-resumo	778
5. Ordenação de despesa não autorizada.....	779
5.1 Estrutura do tipo penal incriminador	779
5.2 Sujeitos ativo e passivo.....	781
5.3 Elemento subjetivo.....	781
5.4 Objetos material e jurídico.....	781
5.5 Classificação.....	781
5.6 Quadro-resumo	782
6. Prestação de garantia graciosa.....	783
6.1 Estrutura do tipo penal incriminador	783
6.2 Sujeitos ativo e passivo.....	784
6.3 Elemento subjetivo.....	784
6.4 Objetos material e jurídico.....	784

6.5	Classificação.....	785
6.6	Quadro-resumo.....	785
7.	Não cancelamento de restos a pagar.....	786
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	786
7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	786
7.3	Elemento subjetivo.....	787
7.4	Objetos material e jurídico.....	787
7.5	Classificação.....	787
7.6	Quadro-resumo.....	787
8.	Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura.....	788
8.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	788
8.2	Sujeitos ativo e passivo.....	790
8.3	Elemento subjetivo.....	791
8.4	Objetos material e jurídico.....	791
8.5	Classificação.....	791
8.6	Quadro-resumo.....	792
9.	Oferta pública ou colocação de títulos no mercado.....	792
9.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	792
9.2	Sujeitos ativo e passivo.....	793
9.3	Elemento subjetivo.....	793
9.4	Objetos material e jurídico.....	793
9.5	Classificação.....	793
9.6	Quadro-resumo.....	794
	Resumo do capítulo.....	795
	Referências Bibliográficas.....	799
	Obras do Autor.....	843